XIII Jornadas de Investigación y Segundo Encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2006.

A rede de proteção e a construção da subjetividade de crianças e adolescentes.

Souza Neto, João Clemente de.

Cita:

Souza Neto, João Clemente de (2006). *A rede de proteção e a construção da subjetividade de crianças e adolescentes. XIII Jornadas de Investigación y Segundo Encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-039/426

ARK: https://n2t.net/ark:/13683/e4go/Bf5

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org.*

A REDE DE PROTEÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Souza Neto, João Clemente de
Centro Universitário FIEO. Brasil

RESUMEN
Pesquisa sobre abrigos para crianças e adolescentes, que busca compreender a construção da rede de proteção para essa população nos municípios, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, artigo 86. A rede de proteção é uma ferramenta pedagógica geradora de autonomia, criatividade, capacidade de escolher e de transformar em vantagens as fragilidades do cotidiano. Na correlação entre objetividade e subjetividade, as pessoas se apropriam de diferentes territórios,modificam conteúdos e encontram formas de reagir à opressão e de satisfazer necessidades radicais, firmadas no pragmático, no desejo e no imaginário, muito mais do que numa racionalidade científica. O autor denomina esse mecanismo de estratégia de sobrevivência no cotidiano, que é o locus da construção da subjetividade e de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento humano. A rede proteção permite a formação do sujeito, como alguém capaz de alterar padrões sociais, encontrar linhas de fuga ou responder a uma realidade em mudança. Mais do que um conjunto de ações justapostas, sobrepostas e articuladas, ela compreende relações humanas saudáveis, circunscritas na ética da amizade ou na política da vida, podendo amenizar as práticas de violação dos direitos humanos e a violência.

Palabras clave
Proteção Município Sujeito Cidadania

ABSTRACT
THE PROTECTION NET AND THE CHILDREN AND ADOLESCENTS SUBJECTIVITY CONSTRUCTION
Work concerning shelter-houses for neglected children and adolescents. Tries to understand the protection net construction in a local space, in conformity with the Child and Adolescent Statute - ECA, art. 86. The protection net is a pedagogical tool for construction of autonomy, creativity and make choice capacity, in order to transforming the quotidian fragilities in advantages for child and adolescents under vulnerable social situations. Through objectivity and subjectivity relationship, people can change their situation, react against tyranny and satisfy radical needs. The searcher calls this mechanism "quotidian survival strategy". The quotidian is the locus of subjectivity and public policy construction. The protection net is a possibility field to reduce violence practices against the human rights and to perform people able to modify social patterns and circumstances, to find answers and escape lines in a changing reality. More than side-by-side actions, the protection net includes healthy human relationships, a friendship ethic and a policy of life.

Key words
Protection Municipality Person Citizenship

A REDE DE PROTEÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O objetivo deste artigo é descrever a construção da rede de proteção de crianças e adolescentes na cidade de Diadema e o modo pelo qual esse processo se transforma numa ferramenta pedagógica, capaz de despertar o sujeito para a autonomia, a criatividade e a capacidade de fazer escolhas. Neste cenário, emerge uma nova concepção de homem público e de cidadania, uma forma de "competência politizada [...] em oposição à cultura tecnocrata em seu viés despolitizado" (Manzini-Covre, 1996:77). Uma outra questão é a busca dos motivos que conduzem determinadas crianças e adolescentes a transformar em vantagens as fragilidades do seu cotidiano. Quais seriam as bases da renovação das biografias e da construção de caminhos bem sucedidos em pessoas submetidas a revezes de tal monta que poderiam facilmente aniquilá-las? Acreditamos que o conteúdo central dessas categorias e questionamentos deve se circunscrever na ética da amizade ou na política da vida.

Relações de solidariedade, amizade, justiça e confiança, geradas no cenário das tragédias, promovem um certo tipo de subjetividade. Como tem demonstrado a história da humanidade, a práxis de um compromisso com a construção de experiências humanas marcadas pela solidariedade é uma estratégia importante na superação das adversidades humanas. Por este foco, é possível observar que a formação da subjetividade lança raízes no entrelaçamento de diferentes acontecimentos ou territórios, do objeto transicional à dinâmica da cidade e das relações cotidianas. Neste sentido, concebemos o sujeito como aquele que é capaz de produzir uma reação que altera os padrões sociais ou que busca resistir e encontrar linhas de fuga, ou, ainda, que consegue responder a uma realidade social e cultural cotidiana em mudança. Podemos compreender melhor essas facetas ao analisar a construção da rede de proteção de crianças e adolescentes.

A rede de proteção a que nos referimos tem sua base no *Estatuto da Criança e do Adolescente* - ECA, artigo 86. Nossa perspectiva, contudo, procuramos ir além, uma vez que vemos a rede de proteção como um conjunto de ações justapostas, sobrepostas e articuladas, que abrangem as políticas, a formação da subjetividade e as relações intersubjetivas. A pessoa humana necessita da garantia dos direitos sociais, bem como de relações humanas saudáveis, fundadas na experiência do amor, da amizade e da ética. Estudos de Heller sobre o instinto humano radicado em *drives* constituídos de impulsos e motivações contêm fundamentos para a análise da interferência recíproca entre a objetividade e a subjetividade. É nessa correlação que as pessoas se apropriam dos diferentes territórios no cotidiano, assimilam e modificam conteúdos e encontram formas de reagir à dominação e à opressão, de satisfazer suas necessidades e carecimentos radicais. Elas se firmam no pragmático, no desejo e no imaginário, muito mais do que numa racionalidade científica. Defino esse mecanismo de estratégia de sobrevivência no cotidiano entendido como *locus* peculiar da construção da subjetividade. Ele adquire visibilidade, quando se transforma em políticas públicas pela ação de lideranças públicas comprometidas com o desenvolvimento humano.

Pela articulação entre objetividade e subjetividade, a rede de proteção oferece possibilidades ao sujeito que foi lesado em seus direitos sociais. Mais do que teorizar sobre esse espaço, o que temos em mente é descrever sua processualidade. Uma farta bibliografia a respeito de cidadania, políticas sociais, subjetividade e cultura já se encontra disponível. Mas é necessário descrever algumas experiências de redes de proteção, para formular um paradigma que dê conta da realidade de crianças e adolescentes que têm os direitos violados, assim como da realidade dos violadores de direitos. Por esta perspectiva, a rede de proteção deve ter em vista a proteção da criança, do adolescente e da família.

A proposta da rede de proteção é pedagógica no sentido de propiciar uma alternativa alterativa de conquista e construção de um espaço de cidadania, à medida que permite capturar as dimensões de subjetividade e objetividade do sujeito, perscrutar

sua formação, interferência e interdependência recíprocas. No cotidiano dessas redes, o corpo e o espírito adquirem vida. Nelas, o "Zé Ninguém" (cf. Reich, 1993:22) encontra um lugar para falar e ser escutado, perder o medo de tudo e de todos, aprender a lançar-se para a vida, olhar para si, sem fugir de si mesmo, recuperar a coragem de lutar por seus direitos e de viver a liberdade de modo criativo (cf. Gramsci, 1978:42). Numa prática de abertura que desestrutura a negação dos sonhos elas devem contribuir para que o sujeito seja capaz de lutar pelos ideários pessoais e da humanidade, de sustentar o patamar de cidadão e de refletir sobre sua história como estratégia para evitar que se instaurem projetos de dominação.

A rede de proteção para crianças e adolescentes que têm os direitos violados ou que se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal e social, dependentes de abrigos ou de outros serviços sociais, requer um orientador, educador ou liderança comunitária, com uma boa formação humana, que possa compreender os emaranhados da situação de abandono. A criança e o adolescente têm necessidade de compreender o porquê de sua situação, para que não se sintam culpados e abandonem o protagonismo de suas biografias. Um bom formador pode ajudar.

"[...] a criança a colocar seus sentimentos em palavras e a elaborá-los, de forma que ela possa aceitar realmente a situação. Entregue a si mesma, a criança provavelmente permanecerá neste conflito emocional confuso, o que pode resultar em incidentes [...] Não raro as crianças suporão, por exemplo, que seu lar se desfez devido ao seu mau comportamento ou que foram mandadas embora como castigo" (Bowlby, 2002:140).

A noção de sujeito humano[1] como aquele que faz o cotidiano e é por ele feito permanece controvertida e ainda distante de um consenso. Nessa relação dialética, podemos compreender a prática da autonomia[2] do sujeito e superar explicações reducionistas de fundo mecanicista, que o excluem dos processos de transformação social e histórica, como simples objeto de manipulação e um ser amorfo, incapaz de reagir. A idéia de que o homem faz a história dentro de certas circunstâncias não o elimina da história e nem exclui o papel da infra-estrutura; ao contrário, compreende a história enquanto resultado das formas pelas quais os homens se organizam para manter a vida. Em decorrência, a cidadania é um processo inventivo, em que cada um dispõe de oportunidades para o autodesenvolvimento.

Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme descritos no ECA, são responsáveis, em cada município, pela articulação e formulação das redes de proteção.

1. Os conselhos e a construção da política da vida ou da amizade no Brasil

Para concretizar os ideários de igualdade, fraternidade e justiça social, as forças sociais que atuam no município devem criar uma rede de proteção fundada na ética, na transparência e no direito, que produza serviços de atendimento público de qualidade. Esses pressupostos têm como conseqüência o emergir de uma ferramenta pedagógica que pode despertar o sujeito público caracterizado pela politicidade. Os conselhos, sobretudo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, têm caminhado bastante nessa direção, constituindo um espaço de alargamento da democratização do poder público. À medida que os princípios do ECA se consolidam, mais se evidencia o papel da rede de proteção, cujos gestores são os conselhos.

O desafio que enfrentam as políticas sociais em todo o Brasil é a promoção da justiça distributiva, na linha do que Oliveira denominou de antivalor. Quando prevalecem a desigualdade e a exploração, os direitos sociais só aparecem no discurso e nas leis, sem realizar as transformações sociais. Os conselhos têm o papel de aglutinar forças para reverter a dinâmica das políticas sociais que funcionam mais como reprodutoras da desigualdade. No município, os conselhos são organismos que buscam agregar as forças sociais e canalizá-las para mudanças sociais. Eles dão certa visibilidade às lutas políticas, uma vez que sua natureza é influir nas decisões do Estado, por meio de reivindicações ou de indicação de caminhos.

"Os conselhos constituem-se em instâncias de caráter deliberativo, porém não executivo; são órgãos com função de controle, contudo não correcional das políticas sociais [...] O conselho não quebra o monopólio estatal da produção do Direito, mas pode obrigar o Estado a elaborar normas de Direito de forma compartilhada [...] com a sociedade civil. [...] Os conselhos devem se deter, também, sobre medidas que visem ao reordenamento institucional dos órgãos da administração pública responsáveis pela execução das políticas sociais dentro do seu campo específico de intervenção." (Moreira, em Dagnino 2002:50.)

O papel dos conselhos é promover uma política dos direitos, sensibilizar o Estado e a sociedade no cumprimento desses direitos, e defender quem têm os direitos violados ou ameaçados. O fato de serem espaços públicos não significa que resolverão todos os problemas do processo de democratização ou impedirão as violações de direitos, ainda mais quando pesa na balança o autoritarismo tradicional da cultura política brasileira, que traz certas fragilidades e limites a sua atuação. Eles se apresentam como ferramentas para construção de uma sociedade mais eqüitativa, num processo participativo de avanços e recuos, de continuidade e descontinuidade, de ruptura e retrocesso. Uma conselheira da Região Oeste da Grande São Paulo assim descreve sua percepção dos conselhos:

"Temos que discutir a noção e a atribuição dos conselhos. Apesar de seus limites, é um modelo que foi adotado na Constituição e no Estatuto, para conquistar, garantir e transformar a cultura de negação de direitos em democracia. É uma prática democrática que é resultado de um processo histórico que precisa ser aperfeiçoado. Um dos maiores limites é que nem o poder público e nem a sociedade conseguiram assimilar a proposta do conselho. O conselho não é uma coisa privada, um espaço de amigos. É um espaço que concretiza as lutas em favor dos excluídos. As autoridades não respeitam os conselhos, nem mesmo a sociedade [...] as conquistas dos conselhos são também dos trabalhadores e excluídos. Como quem está no poder só pensa em si, não vai aceitar as propostas do conselho. Mas, aos poucos, vamos mudando esta visão." (Dep., Conceição, 10/05/2003.)

O depoimento mostra que uma concepção de fundo coronelista, presente nas políticas municipais, trava o avanço da democracia. Este é um dos obstáculos à conformação de um padrão de políticas sociais suficientemente competente para reduzir a desigualdade social e avançar por caminhos democráticos. Talvez uma das maiores dificuldades nesse campo é que pessoas e instituições, muitas vezes, usam esses espaços como moedas de troca e braços de interesses políticos e econômicos. Daí o desafio de fortalecer mecanismos institucionais de gestão pública para que sejam capazes de superar e romper a dinâmica de reprodução e produção da exclusão social no Brasil (cf. Pochmann, 2003:33).

Para se desenvolver, o sujeito necessita de escoras e de estrutura interna, conjugadas de modo a fortalecer o nascimento do sujeito criativo, empreendedor e ético. A organização social está dentro e fora da subjetividade do indivíduo e, por sua vez, também afeta as organizações sociais. A subjetividade é uma força impulsionadora que não é dada de uma só vez, mas construída no decorrer da existência. Não há mudanças no cotidiano e na história sem participação do sujeito que, neste processo, produz sentidos. É o que se destaca no depoimento do pedagogo Raimundo, um migrante nordestino, em 2002:

"Graças à ajuda do Estado, eu pude estudar. Tenho dentro de mim uma força que luta para superar toda dificuldade. Tem dia que não tenho dinheiro para pagar o ônibus para vir à escola. Ando duas horas a pé. Gasto todo meu dinheiro pra estudar. Às vezes, não tenho nem tempo de sair com minha mulher. E também porque não temos dinheiro. Mas espero terminar o curso e voltar pra minha terra, e lá ajudar as pessoas a descobrirem o gosto e o prazer de conhecer o mundo. [...] Meu pai e meus primos, quando vou lá, ficam me perguntando o que é a universidade. Eu falo dos quadros, dos professores, dos colegas, mas também recordo dos professores da quinta à oitava e do colegial."

A nosso ver, o processo de participação desencadeado no espaço local é uma ação transformadora e criadora, capaz de oferecer ao município as condições para instaurar uma nova realidade social. Esse movimento não se restringe ao município

ou aos sujeitos, mas envolve um conjunto de forças articuladas interiores e exteriores aos limites municipais, que se empenham na redução das formas de exploração e de exclusão. É nas brechas dessas lutas por melhores condições de vida que pessoas como Raimundo encontram as estratégias para alterar seu cotidiano.

Livres por natureza, os homens criam para si mecanismos de aprisionamento, cadeias e sistemas de exploração, e julgam, assim, satisfazer suas necessidades. A política de municipalização em que acreditamos é a da vida ou da amizade, cuja finalidade última é propiciar ao indivíduo a liberdade e a autonomia. "As puras amizades que fazemos suplantam aquelas que nos unem pela comunicação do clima e do sangue. A natureza nos põe no mundo livres e sem cadeias; somos nós mesmos que nos aprisionamos nos lugares." (Montaigne, em La Boétie, 1986:209.) O processo de participação e a construção da subjetividade, pautados na ética, ensinam que a justiça, a liberdade e o desejo nunca morrem, só ficam adormecidos. Vez a vez, despertam e se recriam pela ação das forças sociais e dos sujeitos. Esse processo pode desencadear no município a política da vida ou da amizade, que foge à servidão.

A noção de política da vida ou da amizade que aparece neste artigo é capturada nos textos de La Boétie, Gramsci, Luxemburgo, Giddens, Heller, Deleuze, Guattari e Manzini-Covre, entre outros. Mesmo por diferentes perspectivas, esses autores têm a emancipação da humanidade como elemento comum. A política da vida ou da amizade é a utopia da humanidade para romper com as formas de exploração e deixar emergir a fraternidade, a solidariedade, a justiça e o amor entre as pessoas. Sua implantação não deixa as coisas sossegadas e tranqüilas, porque seus operadores sabem que a desigualdade social e a exploração desumanizam e coisificam as relações sociais. Ela convoca e procura dar condições ao sujeito em sua dimensão de guerreiro para construir a *res publica* e produzir subjetividades saudáveis que saibam viver com as diferenças e evitar a destruição de outras pessoas e dos seres vivos. Os sujeitos que não conseguem adquirir a bioética devem ser orientados até conquistar essa condição humana.

A tradição marxista contém um acervo crítico sobre essas questões. Marx e Gramsci fazem um balanço teórico metodológico crítico sobre as concepções dos direitos humanos e a democracia que, na maioria das vezes, coloca-se a serviço do capital e da >

Acreditamos que todos os seres humanos podem adquirir e desenvolver a auto-ética. A política da vida é uma utopia a ser circunscrita e construída no cerne das relações sociais, das correlações de forças sociais e da intersubjetividade. O *locus* privilegiado de sua concretização é o município, onde estabelece relações mais fecundas entre governo e governados. Longe da perspectiva de eliminar conflitos e contradições sociais, mas sim de qualificá-los, ela nunca pode ser instrumento para legitimar práticas de exploração ou justificar o desenvolvimento do capitalismo em detrimento do social.

O bem-estar social no município não se realiza apenas via eleições, comícios e propaganda. Envolve lutas contínuas, que transformam a consciência política dos gestores das políticas públicas e a transformação radical da subjetividade dos munícipes, especialmente dos usuários de políticas de assistência e educação. A municipalização das políticas sociais é um momento pedagógico para realizar esses pressupostos e disseminar uma consciência crítica dos deveres e direitos na cidade. Gramsci, em 1919, perguntava-se como unir o presente ao futuro, respondendo às necessidades do presente e disciplinando e trabalhando com as forças sociais para criar uma sociedade mais justa e antecipar a realização das utopias libertárias.

O processo de municipalização tenderá a ser bem sucedido quando fizer "[...] convergir sobre seus termos a atenção dos companheiros e das associações. Somente através de um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca, nascerá a ação concreta de construção" (Gramsci, 1981:33). Isto significa política da vida ou da amizade.

Defendemos que os conselhos e o processo de participação, instaurado nos municípios brasileiros, devem se libertar da cultura autoritária e do projeto político de corrupção e de exploração dos coronéis, da >

A política da vida tende a desenvolver laços humanos saudáveis para que o indivíduo, desde criança, perceba que a felicidade do outro é também a sua. Estar ligado a um ser humano significa estar conectado com a raça humana e o cosmos. A concretização da vida depende das políticas sociais. Entretanto, a vida não se reduz a elas. Os laços de amor e de solidariedade no município permitem ao sujeito satisfazer os seus carecimentos. Por este olhar, evidencia-se, novamente, a necessidade do intercâmbio entre as subjetividades e o meio ambiente, para o desenvolvimento da personalidade. A meu juízo, a política da vida está sendo desenhada, no Brasil, por meio das práticas de solidariedade, dos movimentos que lutam pela democracia e pela garantia dos direitos, e pelos conselhos, nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Mesmo que tênues em todo o Brasil, estas ações formam padrões dinâmicos da vida social, que reúnem condições para aglutinar e oferecer à sociedade um espírito de entusiasmo e de vontade operativa em busca de mudanças que proporcionem a redução da desigualdade social.

As transformações dependem da ação humana, sem cuja intervenção, não pode emergir o novo. As soluções encontradas têm um certo tempo. Depois, surgem outras necessidades, que requerem novas soluções. Por isso, podemos afirmar que a práxis criadora é permanente. Os conselhos e os movimentos que lutam pelos direitos sociais devem sempre percorrer um movimento criador. Quando se burocratizam, perdem a força. O ordenamento burocrático só se justifica quando a vida não reclama novas soluções. Num primeiro momento, as soluções são sempre repetidas. Numa nova etapa, há necessidade de se encontrar novos caminhos. A realidade brasileira não é somente construída pelo caos, pelo fracasso, mas também pelas possibilidades e potencialidades.

Os conselhos são espaços públicos diferenciados, "[...] órgãos deliberativos e controladores das ações [...] em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária, por meio de organizações representativas" (ECA, Artigo 88, Inciso II). Constituem arenas de negociação que podem ser compreendidos e assimilados pela sociedade como instrumentos de conquista e implantação de novos programas sociais que respondam as suas necessidades efetivas. O CMDCA é um canal jurídico que confere exigibilidade às organizações e à população para cobrar do poder público a implantação e o implemento das políticas de atendimento à criança e ao adolescente.

A construção de um modelo de políticas sociais que tenham por objetivo a cidadania da criança e do adolescente pressupõe: a) vontade política para formulação de políticas sociais que garantam o bem-estar, superando concepções clientelistas e populistas que constituem uma tradição na política brasileira; b) articulação interinstitucional e propostas de trabalho integrado, em vista da superação de paralelismos e superposições de programas (cf. Costa, 1995:46); c) prioridade das ações voltadas à criança e ao adolescente, frente à impossibilidade de atendimento de toda a demanda reprimida da população; d) capacitação de agentes, profissionais, políticos e educadores da área das políticas sociais dirigidas à população infanto-juvenil; e) disponibilidade de recursos físicos e materiais, como prédios e equipamentos; f) mecanismos de acompanhamento e critérios de avaliação da ação estabelecidos com objetividade; g) definição de quem controla e acompanha os programas.

Para reverter o quadro do mal-estar social, investe-se nos conselhos. Acredita-se que existem mais de 27 mil conselhos distribuídos em mais de 5.500 municípios.[3] Além destes, existem os conselhos nacionais, estaduais e os do Distrito Federal. Diante desses dados, podemos crer que existem cerca de cinco conselhos em cada município. No território brasileiro, são aproximadamente quatro mil e trezentos CMDCAs e uma média de três mil conselhos tutelares.

2. O papel do abrigo na organização da rede de proteção da criança e do adolescente em Diadema[4]

A rede de proteção à criança e ao adolescente começou a ser organizada na cidade de Diadema por volta de 1980, antes da aprovação do ECA, a partir das entidades assistenciais e movi-

mentos sociais que interagiram com as crianças, adolescentes, o poder público e as lideranças comunitárias da cidade. Na série dos bons encontros de cidadania (cf. Manzini-Covre, 1996) que aconteceram no município, o Lar de Menores São José, LMSJ, tornou-se um espaço de referência para a população infanto-juvenil cujos direitos eram violados, num movimento de feição dialética (cf. Lefebvre, 1974:30-31), que resultou na constituição do CMDCA, gestor da rede de proteção.

De acordo com o *Relatório do Departamento de Promoção Humana da Cidade de Diadema - 1984*, o município caracterizava-se pela ausência ou precariedade das políticas sociais, sobretudo para crianças e adolescentes empobrecidos. Os indicadores sociais, tais como mortalidade infantil, evasão escolar, patologias advindas de desnutrição e falta de saneamento, trabalho infantil, falta de médicos, hospitais e postos de saúde, precariedade habitacional e acidentes domésticos, apontavam para o mal-estar social do município (cf. *Relatório e Parecer Final da CEI*, constituída pelo Decreto-Legislativo Nº 03/84, página 10).

Nesse quadro de mal-estar, vários movimentos sociais de luta pela melhoria de qualidade de vida emergiram na cidade. O que mais se destacou foi o da habitação, diante da precariedade das moradias, pois um terço da população morava em favelas. Havia casos de até dez pessoas num só quarto, em locais insalubres e sujeitos a desbarrancamentos, soterramentos e inundações. Aos poucos, a administração pública foi revertendo esse quadro, principalmente a partir de 1982, quando a gestão foi assumida por prefeitos ligados ao PT, Gílson Menezes, José Augusto e José de Filippi. Para melhoria da qualidade de vida da cidade, essas gestões tinham como princípio norteador transformar as reivindicações individuais em coletivas, chamando à responsabilidade cada munícipe, como sujeito de sua história. O imperativo filosófico era o da participação, uma vez que já havia um tecido político e diversas organizações na cidade. Assumiu-se a interação entre a administração e as organizações populares como carro-chefe do poder público.

Para reverter o quadro de mazelas sociais, as gestões reconhecidamente do campo democrático popular tiveram que abrir um processo de discussão "[...] sobre tendências, diretrizes e estratégias de desenvolvimento sócio-econômico [...] visando à qualidade de vida, eqüidade social e qualidade ambiental [...] da população que mora na cidade" (*Sumário*, 1995:11). Como resultado da perspectiva administrativa fundada na qualidade ambiental e na eqüidade social, Diadema reduziu a mortalidade infantil, com a participação dos movimentos e das organizações. Em 15 anos, o índice de 83 por mil, de 1983, em 1995, caiu para cerca de 20 por mil. Em 1995, 11 mil crianças freqüentavam a Emei, em contraste com 1980, quando havia apenas 1.618 delas na escola. E assim ocorreu nas áreas da saúde, habitação, lazer e cultura, sendo que 90% das ruas receberam saneamento básico, asfalto e iluminação. Mesmo com o aumento da população, a cidade continuou a manter a qualidade na prestação dos serviços públicos (cf. Souza Neto, 2002). A partir de 1983, "[...] Diadema começou a ganhar jeito de cidade e sua população sentiu o gosto da cidadania. Dez anos depois [...], somos referência para o país e até para setores da oposição" (Prefeito José de Filippi Jr., *Diadema Jornal*, 08/12/1993:23). O "gosto da cidadania" impregnou a cidade e influenciou a formulação das políticas sociais Os movimentos de habitação, saúde, educação, assistência, urbanização e transporte conseguiram a municipalização dessas políticas. A fala de D. María revela sua satisfação diante dos melhoramentos feitos na cidade:

"Vivo nesta cidade faz 40 anos. Meus filhos nasceram aqui. [...] Ninguém respeitava a gente. Agora, [...] até o médico conversa com a gente. A gente aqui tem direito, agora. A gente lutou muito, andamos na lama, tínhamos vergonha de ir pra São Paulo, porque o sapato estava sempre sujo de lama. Hoje, gosto da minha cidade, tudo asfaltado." (Dep., D. Maria, 55 anos, dona-de-casa, 1994.)

O bom encontro entre o PT e a população permitiu a urbanização da cidade, a criação de UBSs, algumas funcionando como pronto-socorro, mais hospitais públicos, escolas, centros de cultura, esporte e lazer, creches. Para ampliar o atendimento à criança, o poder público estabeleceu convênios com entidades assistenciais, igrejas de vários credos e associações populares. No que se refere a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, a prefeitura e o CMDCAD firmaram convênio com o LMSJ. Nesse contexto, pode-se compreender que a municipalização das políticas sociais extravasa os reducionismos jurídicos e burocráticos, que a definem no limite das atribuições, competências e responsabilidades. A municipalização vai além dos trâmites burocráticos, por ser uma estratégia de democratização das coisas públicas. A democracia possui um caráter subversivo, porque evidencia os conflitos sociais e possibilita a construção de canais para equacioná-los. A administração dos últimos doze anos conseguiu fazer a passagem do mal para um certo bem-estar social, por meio da municipalização das políticas de assistência e da participação popular:

"O espaço da assistência social, entendido como espaço de direito, traz em seu contexto [...] o resgate da cidadania, leva a população a sentir o prazer de participar e de ser bem atendida nos equipamentos públicos. [...] A nossa ação é construída dentro deste caráter que se funda em dois eixos, organizar o poder público como prestador de serviços e criar canais de participação da população no controle da administração. [...] Somente com a participação é que o poder público poderá priorizar suas ações e satisfazer as necessidades básicas e a mais elementar é o direito à vida, à sobrevivência." (Dep., assistente social do Departamento de Ação Social e Cidadania, 1993.)

A cidade de Diadema, entre 1978 e 1981, época em que nasceu o LMSJ, era marcada por um conjunto de mazelas sociais,[5] cujas maiores vítimas eram crianças e adolescentes. Esta realidade sensibilizou e forçou a comunidade a buscar a ajuda de empresários, autoridades e outros segmentos sociais. O cenário social do país repercutia na cidade e no cotidiano da população mais vulnerável, exigindo respostas criativas para garantir sua sobrevivência, até o ponto de sensibilizar mesmo os responsáveis pela fábrica da miserabilidade. Diante dessa realidade, a entidade passou a ser um instrumento que podia garantir, pelo menos, um mínimo de satisfação de seus carecimentos. A líder comunitária e fundadora do LMSJ, D. Lázara Silveira Pacheco, assim descrevia este período (*Diário*, 1980:7):

"[...] uma crise de desemprego muito grande, por causa de uma mudança de tecnologia nas empresas automobilísticas que não absorviam a mão-de-obra de Diadema, pelo seu alto índice de desqualificação, de gente oriunda da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, que tinha sido expulsa de sua terra de origem e que, não tendo nenhuma raiz em São Paulo, ficava [...] desnorteada e perdida e acabava abandonando seus filhos. [...] É o desinteresse total pelos homens. Os comissários de Diadema reuniram-se em minha pobre casa e conversaram muito tempo sobre as crianças abandonadas nas inúmeras favelas do lugar. Nós não temos nem sequer um juiz de menores próprio da cidade. As crianças ficam nas celas dos presos [...] para não permanecerem jogadas na rua [...], pois não há nenhum lugar para deixá-las".

As práticas de solidariedade, diante desse mal-estar social, aparecem também como uma estratégia. De uma forma ou de outra, o sujeito pode apropriar-se delas como linhas de fuga de uma sociedade que se estrategiza (cf. Deleuze, 1993:19). Na cidade de Diadema, o LMSJ participou ativamente do processo que transformou a assistência em política social, como um direito de cidadania. Os atores envolvidos nesse processo defendiam os seguintes critérios de negociação:

"1) Que as crianças não percam o vínculo com a comunidade. 2) Que sejam tratadas com dignidade. 3) Que não se destrua nelas o sonho de ser crianças. 4) Que a solidariedade, a articulação entre o poder público e a sociedade, e a comunhão não estejam presas a ideologias políticas ou religiosas, mas que a criança esteja acima de tudo e de qualquer interesse. 5) Que as ações voltadas para as crianças priorizem a qualidade do atendimento dessas." (Jornal *Folha de Diadema*: 26/07/94.)

Esses cinco princípios norteavam a presença política do LMSJ nas negociações com as ONGs, o poder público e os políticos, para articulação de uma rede de proteção, conforme preconiza

o ECA, artigos 86 a 102. A base dessa rede é constituída pelas ações governamentais e não-governamentais, que incluem as esferas locais, regionais, estaduais e federais. Essas ações são interligadas com a finalidade de garantir a proteção integral da criança e do adolescente, para superar a doutrina de situação irregular que faz parte do complexo da doutrina de segurança da época da ditadura militar na América Latina. Essa cultura culpa o pobre pela pobreza, especialmente as faixas mais vulneráveis, entre as quais estão a criança e o adolescente. O modelo econômico latino-americano gerou uma catástrofe de mais de cem milhões de crianças e adolescentes destituídos de quaisquer direitos, que eram tratados pela doutrina de situação irregular. Esta forma de construir a política de atendimento à criança e ao adolescente respondia às exigências da doutrina de segurança na América Latina, em que a vítima, quando pobre, era sempre culpada. Era uma forma de compaixão-repressão. Na América Latina, os meninos e meninas pobres, vítimas de abusos, maus-tratos e outras mazelas eram julgados pela instância judicial.

Dois movimentos foram organizados para responder a essa realidade, um a partir do poder público, durante a gestão do PT, e outro liderado pelas entidades assistenciais dedicadas à criança e ao adolescente, com o objetivo de pressionar o governo municipal e estadual na formulação de políticas sociais e no estabelecimento de convênios, para melhorar sua qualidade de atendimento. Nos embates que se seguiram, o LMSJ foi acusado de participar de tráfico de crianças para o Exterior, junto com os comissários, e de manter uma prática assistencialista. Essas acusações tinham como objetivo desmobilizar, de um lado, sua força de participação nas pressões populares e, de outro, encerrar suas atividades:

"Nós, aqui do Lar mexemos com um vespeiro. Fomos acusados. Mas ninguém acreditava nas acusações de que nós fazíamos tráfico de crianças para o Exterior. Nem mesmo nossos inimigos acreditavam nisso. Mas era uma maneira de desviar a atenção. Todos nós sofremos muito nesse período, principalmente D. Lázara e as crianças. A prova de que nós éramos inocentes é que nós não podíamos fazer um movimento que fosse contra nós mesmos. Nós queríamos que nossas crianças vivessem bem, que não sofressem violência dessas pessoas que estão no poder público, vestidas de carneiro e que são lobos. Mas o movimento foi bom, porque nós ficamos mais amigos. O resultado final foi que as autoridades passaram a olhar melhor para as crianças. O PT pôde trabalhar melhor [...] nós conseguimos comprar um terreno de 2.000 m^2 para fazer nosso trabalho. Só uma coisa era verdade, do que foi dito na CEI contra o Lar. É que nossa casa era pequena, que era suja e desorganizada [...] Mas o coração também é pequeno e sustenta o corpo. No final da CEI, Diadema e o Lar saíram ganhando, porque a democracia é isto. O autoritarismo, como o que tivemos, é que esconde tudo." (Dep. de Expedito, diretor do LMSJ, 1992.)

Três elementos destacam-se nesse depoimento: a participação não é dada, mas construída e, às vezes, machuca os próprios protagonistas, mas é necessária para a consolidação do novo; o município é o local por excelência para se construir a *res publica*, onde todos podem participar, mas também pode ser o *locus* da tirania, que os munícipes são convidados a exorcizar; finalmente, a democracia é o espaço da desreificação e do estabelecimento de uma rede de proteção. De início, ao partir em defesa de seus usuários, o LMSJ foi acusado de algumas fragilidades, mas conseguiu reverter essa situação e ampliou o número de amigos, como um sinal do tecido democrático que se urdira durante o processo. Sob um outro ângulo, ao envolver-se em confrontos pela implantação das políticas sociais, começou a tomar consciência de que também deveria rever sua prática.

Um caráter dialogal, de entendimentos e convencimentos perpassa a democracia. No processo democrático, deparamo-nos com as dificuldades de consolidação do novo. Mesmos os defensores das mudanças podem se equivocar num universo impregnado de cultura autoritária avessa às ações de garantia de direitos. É nesse sentido que se defende que o cotidiano é o espaço próprio das transformações, território dos movimentos que necessitam de interlocutores, no qual a prática vai apontando os caminhos para a novidade. O LMSJ tornou-se um dos agentes desse movimento no interior do município, junto com outros grupos e o poder público. Ao se enredar na teia democrática, a entidade viu-se obrigada à autocrítica e compreendeu que não é apenas o poder público que tem que se rever, mas também a própria sociedade civil.

Acreditamos que o desconhecido está também nos nichos do cotidiano e que um dos papéis do educador é ajudar a fluir o germe da autonomia de que são mensageiros os educandos. Esta é uma concepção pedagógica portadora de esperança, pois acredita na criatividade dos homens, que se superam e atraem o futuro. Uma atividade pedagógica que subsidie a criança e o adolescente para aprenderem a dialogar, interagir e "negociar" com o cotidiano poderia ajudá-los a conquistar a cidadania, a desenvolver a criatividade e a inventividade, numa "[...] espécie de psicanálise histórica, social, cultural e política" (Freire, 1994:106). O sujeito faz suas escolhas dentro dos limites históricos pessoais e coletivos. Neste sentido, a cidadania ocorre numa

"[...] práxis coletiva que coaduna os pólos da construção social: o indivíduo e o da coletividade, quando se observa que o exercício contemporâneo da cidadania tende a ter por suporte a pessoa (suas necessidades e desejos), ao mesmo tempo que se desenvolve via organismos sociais que têm por referência o coletivo" (Manzini-Covre, 1996a:70).

A pedagogia que envolve e perpassa este movimento só consegue ganhar visibilidade em sujeitos abertos e disponíveis a uma práxis ética. Há uma sinergia entre os protagonistas e mesmo com a conjuntura política e a estrutura econômica. Gramsci (1978:362) considera as novas relações sociais como a atividade revolucionária que faz aparecer o novo homem. Muitas vezes, o "[...] canto do cisne é de admirável esplendor, o novo une-se ao velho, as paixões abrasam-se nele de um modo incomparável". Poderíamos dizer que o LMSJ e o movimento que se instaurou na cidade foram o canto do cisne, o prenúncio de um devir. Após este canto, a realidade não é mais a mesma como não o são as pessoas. A relação em que o homem faz a história e a história o faz não é uma partenogênese, exige intervenções. Talvez, no caso do LMSJ, a prática solidária de D. Lazara só pode ganhar vida porque a cidade também se desenvolveu para acolhê-la. O mesmo espírito perpassou a comunidade, o poder público, a Igreja e as crianças e adolescentes. A fecundação foi propiciada por necessidades objetivas e subjetivas. A realidade não é monolítica e nem a soma de todos os elementos que a constituem. Depende de como esses elementos se articulam, em diferentes colorações e formas caleidoscópicas.

À medida que o LMSJ e outras entidades assistenciais lutavam para garantir os direitos das crianças e adolescentes, e o poder público criava as políticas sociais, melhorava a qualidade de vida da cidade. Este processo foi de muita negociação e de acordos entre os envolvidos. Dentro do espírito democrático, os sujeitos éticos cumpriam os acordos firmados. Por esse aspecto, é que recordamos, aqui, o pensamento helleriano de que na democracia há melhores condições de se satisfazerem necessidades radicais. Mesmo que nem todas possam ser atendidas, mantém-se o espaço de discussão para o estabelecimento de prioridades. Isto não significa a perda da politicidade, mas seu fortalecimento. O processo de negociação fez do LMSJ uma entidade sempre combativa. Participou

"[...] na cidade de todos os movimentos pela melhoria da qualidade de vida da criança e do adolescente. Lutou pela implantação do ECA na cidade. Essa luta não foi muito tranqüila, pois, apesar do Lar acreditar nesses princípios, muitas vezes tinha que rever sua prática, porque negava esses mesmos princípios. Como diz um educador, todos nós temos um oprimido e um opressor dentro de nós. O Lar também tem um oprimido e um opressor dentro de si, que, às vezes, lutam entre si, cometem equívocos. [...] A história de nossas lutas não foi fácil, pois o poder público tem um certo receio de nossa participação, mesmo a gestão sendo do PT, os técnicos tiveram muita dificuldade, no início, para entender nossas reivindicações, principalmente, na área

da assistência. Eles tinham medo, porque achavam que a assistência social era a base de toda a alienação. [...] Às vezes, quando um técnico tinha que redigir um texto-lei para ser um decreto municipal, redigia errado e a lei se voltava contra nós. Mas tudo isso conseguimos superar nessa história" (Dep., assistente social do LMSJ, 1994).

O processo democrático é sempre subversivo e, quando fundado na ética, produz mudanças na conduta do sujeito, do poder público e da cidade como um todo. Este contexto possibilita aos sujeitos comprometidos com a ética resgatar "a reserva de solidariedade" existente na sociedade (cf. Manzini-Covre, 1996:79), num movimento que produz uma revolução cultural e subjetiva, enquanto "[...] um processo que não se dá sem sofrimento, pois é um elaborar sentimentos que podem levar a novos valores e a possíveis práticas novas" (cf. Manzini-Covre, 1996:83). Portanto, o processo democrático produz novos sentidos que permitem a construção de diferentes projetos, que fortalecem a alegria de viver. Por essa lógica, é que os abrigos não devem funcionar desligados de uma rede ou de um movimento, para não correrem o risco de perder sua politicidade criativa. Ao invés de serem espaços de proteção, passariam a competir com o poder público, entre si e com as famílias, deixando de servir à formação do protagonismo de seus usuários.

Um levantamento nacional dos abrigos que recebem recursos do Governo Federal, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, estima em vinte mil o número de crianças e adolescentes abrigados. Desta população, 87% possuem família; 58,5% dos meninos são negros, pobres e vivem há mais de dois anos em abrigos. A rede é importante quando dá prioridade à família; caso contrário, não passam do exercício de uma pseudobondade, contrária ao direito constitucional e internacional da convivência familiar.

3. A religião como um meio de impulsionar a solidariedade criativa

O LMSJ nasceu como resposta às necessidades dos sujeitos envolvidos no processo e adquiriu força não somente por responder aos carecimentos radicais da população infanto-juvenil, mas também porque buscou penetrar em outras esferas do município, numa prática que acabou por gerar uma rede de proteção. Consolar os aflitos e acolher os indigentes, órfãos e abandonados como um meio para conquistar o "reino dos céus" (*Evangelho de São Mateus*, Cap. 25) é a crença presente na origem do LMSJ. Esse projeto de vida, permeado de sonho e esperança numa sociedade fraterna, deixa o mundo da subjetividade e penetra na vida da comunidade, de onde se expande, numa prática solidária direcionada às crianças e adolescentes abandonados e, por vezes, aos adultos empobrecidos. À medida que saboreavam o acolhimento, a partilha, a confiança e a amizade, os envolvidos experimentavam o desejo de mudar de vida, evidente tanto em pequenas coisas - como encontrar motivação para freqüentar a escola - quanto na vontade de abandonar a violência e a criminalidade. Os membros da comunidade que fundou o LMSJ descrevem como a religião ajudou o grupo:

"Tudo era movido a partir do dar, do se doar, porque refletíamos o texto bíblico do fim do mundo, onde está escrito para dar comida a quem tem fome, vestir os nus, visitar os doentes e presos, consolar os aflitos. A partir desse texto, não ficamos só entre nós, mas pedíamos comida para umas pessoas e nós íamos distribuir para os outros, que não pertenciam ao nosso grupo. O que nos movia naquela época era o sentido de grupo, e [...] D. Lázara, mesmo aqueles que faziam coisas erradas, ela acolhia. E quando a gente estava junto, ninguém roubava e nem usava drogas. Era regra do grupo. Alguns conseguiram deixar. Outros não tiveram tempo, porque foram mortos." (Arquivo do LMSJ, 1992.)

O testemunho de fé dessa comunidade é uma experiência árdua que tem como último refúgio um Deus provedor e remunerador, que interpela "os pobres" e os convoca a lutar pela justiça e pelo direito, na fraternidade e solidariedade. "Acolher o dom gratuito do Pai supõe comprometer-se na luta pela justiça e criação da fraternidade; esta encontra, por sua vez, seu pleno sentido no reconhecimento da presença do amor libertador de Deus." (Richard, 1983:38.) Esta a mística (ideologia) conduz a comunidade. Neste caso, a religião não aparece como o "ópio do povo", e sim como uma estratégia de enfrentamento das desilusões, frustrações e privações existentes no cotidiano dessas pessoas, para as quais traz um sentido de esperança. Talvez se encontre aí uma visão escatológica da fé cristã, de que a nova Jerusalém não ocorre apenas na eternidade, mas já se inicia na vida presente. "Libertar-se é humanizar-se. Humanizar-se é corresponder à [...] vocação de homem, é dizer sim a Deus, mesmo desconhecendo-o." (Catão, 1985:79.) A concepção de fé que perpassa a vida deste grupo repercute na ação das pessoas, que começam a lutar por fraternidade, solidariedade e justiça (cf. Souza Neto e Schramm, 2005).

Por meio do acolhimento e da participação num grupo de referência, os indivíduos passam a ter noção de pertença, a responder a novos estímulos, a abandonar a situação anterior e a dar sentido à vida. O grupo ajuda-os a descobrir a possibilidade de melhorar a qualidade de vida: famílias são refeitas, crianças voltam a brincar e a freqüentar a escola. O sentido de grupo e a identidade entre os participantes movem a todos, com repercussões em toda a comunidade, como se vê num depoimento de uma das mães que tinham crianças atendidas por D. Lázara:

"[...] na minha porta sempre tinha a polícia ou um vizinho pra reclamar de meus filhos. Quando chegava do serviço, cansada, tinha que ouvir reclamações e às vezes [...] ir até à delegacia. Um tempo depois, foram desaparecendo a polícia e as reclamações da porta de minha casa, e as crianças começaram a ir pra escola. Perguntei pra eles o que estava acontecendo e eles me disseram que era a mulher gorda que morava lá embaixo, perto do rio, que ensinava eles. Então, eu fui conhecer D. Lázara e D. Luíza. [...] Meus filhos até hoje têm muito carinho por elas" (Dep., D. Maria, 1993).

O tecido que se formava no decorrer do processo constituía as bases para a formação de uma rede de proteção fundada nas necessidades da população infanto-juvenil empobrecida. A comunidade buscava meios de responder à necessidade de carinho e encontro, para dar sentido à frustração das crianças e adolescentes que não possuíam sequer um espaço de lazer. A maioria deles já perdera o pai, e a mãe permanecia ausente o dia inteiro. *"Se fico em casa, cuidando dos filhos, o dinheiro não vem. Se vou trabalhar, os filhos ficam abandonados."* Esses versos rezados nas liturgias das comunidades reproduziam o dilema das crianças, adolescentes e mães. Na gênese do LMSJ, o princípio norteador da comunidade era ser *" [...] movido a partir do dar, do se doar [...] dar comida a quem tem fome, vestir os nus, visitar os doentes e presos, consolar os aflitos".* Sensibilizada por esse princípio, a comunidade ia ao encontro daqueles que dela necessitavam e buscava, com eles, saídas para a melhoria da qualidade de vida. As alternativas encontradas não iriam alterar as estruturas sociais por métodos de guerrilhas. Mas iniciavam no cotidiano uma "guerra de posição ou passiva", como estratégia política, na visão gramsciana. Crianças e adolescentes passaram a freqüentar a escola, a criar identidade grupal, a aprender a lidar com os fracassos, ilusões e frustrações, a respeitar a si e aos outros. Esses elementos constitutivos são o tecido social da cidadania, que permite ao indivíduo encontrar o sentido de sua existência.

O LMSJ é fruto de uma experiência cuja peculiaridade é a abnegação e generosidade de D. Lázara. Este espírito de doação o converte num meio facilitador da satisfação dos carecimentos da comunidade, em especial das crianças e adolescentes. O cenário deprimente de uma realidade de miserabilidade provoca o eu individual e coletivo, numa relação permanente com a exterioridade, a responder às exigências e necessidades do cotidiano. Os garotos ficavam à beira do córrego, torturando animais e bêbados, provocando as pessoas:

"Eu tinha muito medo daquilo que eles faziam. [...] Então eu passei a pensar em agradar aquela 'molecada', para protegê-los também. [...] Comecei convidando-os para estourar pipocas [...] Eles entraram na minha casa, que era só de quarto e cozinha [...] Coloquei um disco na vitrola [...] A partir daí, eles vinham

todos os dias. [...] Eu iniciei a formação religiosa e humana." (Dep., D. Lázara, 1994.)

Os projetos sociais nascem a partir dos apelos do cotidiano, em que se experimentam as manifestações da vida, dos sentimentos, das paixões e podem gerar as condições propícias à autonomia e à criatividade do sujeito. Poderíamos caracterizar as lideranças comunitárias, a exemplo de D. Lázara, como novos sujeitos públicos (cf. Manzini-Covre), que têm a sensibilidade de aglutinar em torno de si todas as forças vivas de um determinado espaço, para alcançar um bem comum. D. Lázara tinha o hábito de buscar na oração respostas para enfrentar as adversidades e encontrar sentido na vida:

"Em oração me entreguei nas mãos do Cristo Mestre: Se é tua vontade que eu cuide dessas crianças abandonadas, acolhendo-as, educando-as, amando-as e servindo-as em minha própria casa, Senhor, colocai-as em minha porta. [...] Não quero glória e nem pagamento, quero, servindo-as, viver, concretizar minha fé em tua palavra." (Dep., D. Lázara, 1995.)

Talvez se possa dizer que o LMSJ é expressão do encontro entre objetividade e subjetividade, num cotidiano impregnado de alienação, fetiche e reificação, mas onde é possível encontrar o novo, os "fragmentos de emancipação". Na luta com o velho, para que o novo possa nascer, os agentes envolvidos precisam ter discernimento para consolidar o diferente, sem desgastar a energia do novo nem condená-lo ao fracasso, mesmo antes de nascer. O desafio está posto e delineado no ensinamento bíblico de que o trigo deve crescer junto com a erva, para que não pereça.

Todo processo de mudança causa medo e desconfiança. D. Lázara e a comunidade não tinham claro nenhum projeto político. Entretanto, o que faziam era um movimento que sensibilizava e levava algumas pessoas a tomarem determinadas atitudes. A ação interna do sujeito deve ser constantemente confrontada com a realidade (cf. Morin, 1989:162). A objetividade é necessária ao sujeito para reduzir os enganos que possam ser provocados pela subjetividade. O sinal de que D. Lázara está fazendo a vontade de Deus são as crianças e adolescentes abandonados que são acolhidos. Nessa mesma perspectiva, a subjetividade pode também clarificar a objetividade. Diante dessa dinâmica, o sujeito é auto-organizador de sua vida.[6]

Essas iniciativas foram produzindo um tecido social propício ao nascimento do LMSJ, como resultado da atuação carismática de D. Lázara[7] na comunidade local. Informa sua irmã que, no início, faziam muitas festas entre as famílias e cada um levava o que podia. "A Lázara dizia para as pessoas, dentro lá do seu espírito franciscano, que ser feliz é dar com alegria" (Dep., D. Luíza, 1994). É certo que D. Lázara, ao fundar o LMSJ, tinha por objetivo o crescimento do Reino de Deus e transformar a cidade dos homens em cidade de Deus. Contudo, analisada pela ótica da teologia da libertação, sua luta pela instauração desse Reino de justiça, igualdade, fraternidade e solidariedade espalha sementes de democracia:

"Nós pensamos, no início, formar uma grande família, vivermos como vivem as famílias, pois a casa e a família são lugares de encontro, de troca de idéias, de um ajudar o outro, do maior ajudar o menor, de estabelecer uma rede de proteção. Na hora do banho, de fazer comida, os maiores ajudarem os menores. Quanto à educação e saúde, freqüentar fora, usar aquilo que a [...] comunidade usa, fazer alguns trabalhos na casa para aprender a cuidar de suas coisas, pois somente num espaço assim, eu acredito, com uma pedagogia do amor, se pode gerar uma outra experiência para essas crianças superarem e aprenderem a lidar com as decepções, pois muitas delas desde que nasceram, foram sempre rejeitadas e passaram fome, tratadas como objetos, como lixo. Algumas parecem valer menos do que o lixo, porque em nossa sociedade o lixo é mais valorizado, é ensacado e tem um lugar para ficar." (Dep., D. Lázara, 1994.)

No LMSJ, desde o início, estavam presentes interesses da comunidade e das crianças e adolescentes jogados na cidade, sem nenhum planejamento social, que, de alguma forma, haviam perdido a esperança e podiam encontrar novas utopias possíveis na atitude solidária da comunidade. É um erro apagar a esperança, em nome de uma pseudodenúncia do fracasso ou em nome da verdade, minando "[...] as ilusões. Os homens se desviam do que não oferece mais nenhum projeto onde investir sua esperança" (Bertrand, 1989:30). O LMSJ não é expressão de um planejamento estratégico, mas a manifestação da fragilidade e da força humana, em que aparecem a fraqueza e a grandeza do sujeito. Nasce de um movimento em que o imaginário alimenta a ação e é por esta retroalimentado. Esta ação está circunscrita num conjunto de esferas sociais, econômicas, políticas, religiosas, comunitárias. Conta D. Lázara que, por volta de 1977, após a costumeira leitura bíblica da comunidade, foi visitar a favela:

"Não era impulso meu que eu chegasse até lá. Vi uma garotinha deitada numa caixa. Era de uns três meses, mais ou menos, cheia de mosquitos no rosto. Eu afastei os mosquitos, limpei a chupeta e coloquei em sua boca. Aí, fui para dentro da favela visitar umas famílias. [...] No dia seguinte, voltei ao mesmo lugar e a criança estava lá, com uma mamadeira com água e trigo, que a mãe tinha deixado lá para qualquer criança ou adulto dar. Então eu resolvi fazer uma outra mamadeira e dar para a criança. Depois de uns dias, a criança ficou doente e foi internada no hospital. [...] Então, nós resolvemos cuidar dela. Ela ficou com desidratação e foi novamente para o hospital. Quando teve alta, acolhemos a criança e a mãe." (Arquivo do LMSJ, 1985.)

Que o sujeito necessita da exterioridade para se conhecer, transformar, confirmar as possibilidades de concretização dos sonhos, satisfazer desejos e necessidades, aparece nesses depoimentos. Os relatos descrevem a face pobre e o mal-estar da cidade de Diadema, retratam a condição das crianças nessa situação social e mostram como as pessoas criam e encontram determinadas estratégias de sobrevivência nessa realidade.

Não falamos aqui de ações iluminadas por uma consciência sistematizada dos fatos correntes. Ao contrário, sua clareza consiste numa atuação que une a comunidade na luta por mudanças, impulsionada por uma ordem divina ou assumida como uma herança do passado. Os sujeitos do processo aceitam a tarefa como uma missão, conduzidos por um sentimento de justiça. Em função desse comprometimento dos agentes envolvidos, essa ação, no decorrer da história, articula-se com outros projetos políticos e pode chegar a adquirir um caráter emancipatório mais abrangente. Quando a realidade os convocar para a luta, se ninguém aparecer, as reivindicações não se transformarão em atos libertários e o resultado se apresentará a todos como uma derrota. O LMSJ surge ao se estabelecer um tecido comunitário amadurecido pelos valores da solidariedade, da partilha e da amizade, constituintes da ética da vida. Observa-se o comprometimento da comunidade com a realidade que aponta para a necessidade de alguém ajudar as crianças e adolescentes, e com a religião, pois a líder da comunidade espera um "sinal da divina providência", para iniciar os trabalhos. Este sinal se traduz no fato de "[...] Deus colocar uma criança" em sua porta, o que ocorre num curto espaço de tempo.

Uma mistura de subjetividade e objetividade caracteriza os acontecimentos, em que a realidade apresenta uma exigência correspondente a um anseio subjetivo. Neste caso, Deus, o sentimento religioso, se desvela na realidade, como a objetividade se projeta na subjetividade. Esta realidade fica mais clara na resposta que D. Lázara dá a sua irmã, quando desafia sua prática religiosa, dizendo: "Rezar é muito fácil e fazer reuniões ainda mais. Quero ver você cuidar das crianças jogadas na beira do córrego. Se Deus colocar uma criança aqui na porta, eu aceito. Posso cuidar até de cinco." (Arquivo do LMSJ, 1986.)

Se D. Lázara acredita que Deus vai mandar a criança, também é certo que o contexto a encaminha. Jamais se chegará a uma clareza absoluta sobre a origem dessa criança, numa história em que realidade e ilusão se confundem, mescladas no cotidiano. Deus move D. Lázara - ela crê nisso - e a realidade confirma essa moção. O fato torna-se um sinal que corporifica a subjetivação e a objetivação presentes nos agentes dessa história. Podem ser uma manifestação de Deus como da própria realidade a indigência e desproteção da criança que se apresenta a D. Lázara para ser cuidada.

A partir da moção desse momento, D. Lázara entrou em contato

com a mãe da menina. Constatada sua impossibilidade de cuidar da criança, ambas procuraram o Fórum de Diadema, com o objetivo de regularizar a guarda da criança. Lá encontraram uma garota de sete anos, com a mãe chorando: "Por caridade, quem vai ficar com minha filha? Ela vai morrer de fome. A mãe, que estava com D. Lázara, disse o seguinte: A senhora já está com minha filha. Pode ficar com mais uma." (Arquivo do LMSJ, 1985.) D. Lázara aceitou, recebendo o termo de guarda provisório das duas crianças. Sem negar o empenho e o compromisso da comunidade, essa história revela como a criança e o adolescente eram tratados no final do regime militar. Concebia-se a prática da assistência não como uma política social, planejada no interior do Estado e da sociedade civil, mas como uma ação de senhoras abnegadas, de pessoas que se sentiam chamadas por Deus para ajudar os pobres e aflitos. Se não era mais uma questão policial, o tratamento do pobre passava a ser considerado uma questão religiosa. Esta situação era cômoda a juízes e autoridades, tanto que não questionam se D. Lázara dispõe dos recursos econômicos e pedagógicos necessários ao cuidado dessas crianças. Na verdade, era uma das formas empregadas pelo Estado para se ver livre do problema, reforçando a mentalidade de que "pobre é coisa das mulheres que têm coração e não do governo que tem razão" (LBA, 1989:16), presente desde o governo de Getúlio Vargas, numa prática que caracteriza a assistência como uma ação de pobres para pobres.

Apreende-se na história do LMSJ a fragilidade e a grandeza humanas. Ele é tanto sinal de vida quanto de morte, no sentido de que acaba mantendo uma certa cumplicidade com a omissão do poder público. Como produto de uma determinada relação entre capital e trabalho, a miséria não se pode equacionar simplesmente por meio da atuação de uma entidade ou de atitudes populares isoladas. No terreno baldio das políticas assistenciais, durante o governo militar, crianças e adolescentes eram considerados objetos sem desejos e vontades, como se verifica na trajetória da Febem. Apesar da atividade de D. Lázara proceder de uma atitude de fé que encontra desdobramentos na solidariedade e não de uma visão política, procura garantir o desenvolvimento da vida. De outro lado, essa mesma história demonstra que os problemas sociais não serão resolvidos exclusivamente pelo Estado ou pelo mercado. Despontam, nas comunidades, os fragmentos de uma ética fundada na solidariedade, na convivência e na tolerância para com aqueles que estão fora dos planejamentos dos direitos sociais e econômicos.

A comunidade decidiu concretizar o propósito feito durante suas orações de abrigar crianças e adolescentes abandonados, órfãos e vítimas de violência. Ficou acordado que D. Lázara e D. Luíza cederiam sua casa e parte dos salários, enquanto as mulheres da comunidade cuidariam da limpeza da casa, do banho das crianças, da lavagem de roupas e de outros afazeres, e os homens garantiriam as reformas e a manutenção da casa. A idéia inicial era permanecer com até cinco crianças, que a comunidade podia sustentar com recursos próprios. Entretanto, assim que os comissários de Diadema tomaram conhecimento do fato, passaram a levar mais crianças e adolescentes para a casa. Outros "menores" apareciam, sozinhos ou trazidos por policiais ou lideranças da cidade: "Onde ficam cinco podem ficar seis, porque, mesmo a casa da senhora sendo pequena, é melhor as crianças ficarem aqui do que morrer de fome, padecer na rua, ficar viciadas ou cair na bandidagem ou na prostituição." (Arquivo do LMSJ, 1982.) Há, entre os pobres, um espírito de partilha e de solidariedade que facilita o encontro dos atalhos da vida. Essa prática faz parte e é expressão da "cultura popular". O que movia o imaginário dessas senhoras e as conduzia a tomar uma posição a favor das crianças e dos adolescentes necessitados era a crença no Evangelho:

"Eu creio que esta obra voluntária aos menores abandonados é uma missão que a divina providência me confia. Eu creio no poder da divina providência. Eu quero voluntariamente cooperar com a divina providência e servir aos menores abandonados, vendo neles a própria pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo. [...] Tudo que possuo quero repartir. [...] sem lesar a ninguém nos seus direitos. Terei como finalidade única o bem do menor, sua formação humana. [...] Jamais colocarei interesses de terceiros. [...] Jamais usarei violência, pancadaria, com os menores. Procurarei moralizá-los, conforme a lei de Deus e a tradição católica." (Diário de D. Lázara, 1980:9.)

Esse procedimento tinha por objetivo acolher crianças e adolescentes abandonados e vítimas de maus-tratos, conviver com eles, para construírem juntos uma experiência de vida com a ilusão e a desilusão, transformando o ambiente de violência.

A importância do LMSJ como grupo de referência para a satisfação das necessidades e, portanto, de contribuição para a construção do sujeito, ajusta-se à perspectiva da emergência do sujeito numa dada realidade. Constituído por uma organização biológica que se refaz e se modifica, que o impele a buscar a satisfação das necessidades de alimentar-se, beber, dormir..., o sujeito é também *computo*, que toma decisões certas ou erradas a partir das informações que extrai do cotidiano. Concebe-se, com Morin (1989:165), que "[...] o sujeito vivo não é um sujeito puro, como sujeito transcendental dos metafísicos, como sujeito puramente auto-referente duma lógica abstracta, ou como o actor puramente egoísta de uma teoria simplificada dos jogos".

Talvez possamos acenar, com base numa leitura de Winnicot, que o cotidiano pode ser um seio positivo. Os fatos vão criando no grupo a amizade, que se poderia considerar como um "sacramento" da nova sociedade em fermentação. Pode-se também observar a alegria de viver, mesmo que fragmentariamente. A amizade fortalece o grupo, que começa a conquistar seu espaço social. A tragédia das personagens passa a abrir condições para que desempenhem a antitragédia, a reversão da caoticidade, uma realidade nova que provoca o olhar criativo dos sujeitos, à medida que devem "beber do próprio poço", para encontrar o significado da vida. Articulado com as questões da rotina e da exterioridade, este "poço" tem uma interface com os problemas da modernidade e os sistemas abstratos, numa dinâmica que possibilita uma certa visualização de que o sujeito produz o objeto e precisa dele (cf. Morin, 1989:164). Ressalte-se a impossibilidade de se compreender o sujeito de maneira isolada, sem estabelecer suas relações numa perspectiva de transversalidade. A confiança gerada no cotidiano é significativa para pôr limites à ansiedade, perspectiva que é importante em qualquer tipo de administração, seja no próprio cotidiano, nas empresas ou nos governos.

A partir da interferência do CMDCAD junto ao poder público e à sociedade civil, o LMSJ conseguiu estabelecer convênios de parceria financeira e técnica com a prefeitura local. O convênio obrigava o LMSJ a oferecer atendimento personalizado aos usuários, contratar profissionais qualificados para atuar com crianças e adolescentes e facilitar o seu retorno às famílias de origem ou substitutas, perdendo o caráter de abrigo permanente e passando a atuar somente em caráter transitório. Também limitou a quantidade de atendimento para uma capacidade máxima de trinta crianças. Nos primeiros anos de funcionamento, o LMSJ chegara a abrigar mais de cinqüenta crianças e adolescentes, atendidos por um número reduzido de funcionários, dos quais apenas dois possuíam qualificação profissional. As atividades da casa eram desempenhadas pelas próprias crianças e adolescentes, acompanhados por um "educador". A partir do convênio, foi alterada essa concepção de atendimento, o que forçou o LMSJ a mudar sua organização interna, para responder às novas exigências. Este fato permite inferir que o processo de mudança das relações altera as próprias instituições envolvidas, o que pode culminar com o fim da instituição acionadora do processo ou com mudanças radicais na mesma. O convênio com a prefeitura, a partir de 1993, levou o LMSJ a melhorar a qualidade do atendimento. Anteriormente, a instituição mantinha-se com doações em dinheiro, espécies e serviços, e recebia subvenções das esferas do poder público. Seu prédio fora construído em mutirão, sem qualquer planejamento, com sistema hidráulico e elétrico precários que não respondiam devidamente às exigências legais. O custo de uma reforma seria contraproducente, não sendo objeto do convênio, mesmo porque o terreno não pertencia à entidade. Esta conseguiu estabelecer uma rede de parcerias que resultou na construção

de um prédio adequado e na organização de uma nova diretoria, que tomou posse no dia 8 de dezembro de 1996.

As novas regras do jogo, estabelecidas pelas diretrizes das políticas de assistência, de cuja implantação o próprio LMSJ participara, a par com as exigências determinadas pelo convênio, tornaram-se motivo de constantes choques entre os pareceres dos técnicos da prefeitura e a comunidade, especialmente D. Lázara. Entendiam os técnicos que a elegibilidade do atendimento fundamentava-se nos direitos sociais e D. Lázara, representante da entidade, avaliava a criança e o adolescente a partir de critérios de religiosidade:

"A criança e o adolescente que atendemos não necessitam de ficar passando por psicólogos, nem psiquiatras, nem assistentes sociais, nem mesmo suas famílias. O que necessitam é de carinho, de acolhimento e de oração. Eu estou a serviço de Deus e não do Estado. Deus quer o bem das pessoas. O Estado tem apenas interesse político [...] eles mantêm as pessoas no emprego para votar neles. Eu lutei para criar a política de assistência na cidade, para diminuir o número dos pobres. Uma vez que essa política começa a existir [...] não é mais Deus que comanda o atendimento dos pobres. Consegui sensibilizar as pessoas para fazerem um prédio para as crianças, a cidade hoje tem tudo asfaltado e iluminado, então acredito que é um sinal de Deus que a minha missão foi realizada e terminou. Agora, eu tenho que passar o Lar para outra diretoria que deve cuidar dele de forma mais profissionalizada do que misericordiosa. Usando de uma expressão bíblica, eu digo: É preciso que eu diminua, para que o Lar cresça." (Dep., D. Lázara, 1995.)

A concepção de cidadania que perpassa este artigo abre campo à "[...] a possibilidade de fazer a ligação entre os desejos e as necessidades dos homens, enquanto indivíduos (subjetividades) e enquanto sujeitos grupais no bairro, nas fábricas, sindicatos, partidos, até chegar ao âmbito global da sociedade" (Manzini Covre, 1991:63). Uma reflexão sobre a autonomia suscita um questionamento sobre o modo pelo qual ocorre a relação do indivíduo com o outro, o meio ambiente, o cotidiano, a exterioridade. Concebemos o sujeito como produto e produtor da realidade, crivado pelas relações sociais e pelo outro, não como uma abstração filosófica. Por essa perspectiva, a autonomia não é algo imaterial e nem uma destruição radical do outro e da exterioridade, mas a possibilidade de alargá-la a favor do sujeito. Construída na práxis, a autonomia é a capacidade do sujeito de se apropriar do discurso e da experiência do outro, de transformá-los para satisfazer suas necessidades. Ao desejar a autonomia, o sujeito não pode deixar de desejá-la para todos, o que não apenas faz dela um empreendimento individual e coletivo, como também confere importância à participação do sujeito nas esferas públicas. A questão da autonomia identifica-se

"[...] com o problema da relação do sujeito e do outro - ou dos outros [...] que não aparecem como obstáculos exteriores ou maldição - [...] mas como constitutivos do sujeito, de seu problema e de sua possível solução, lembra [...] que a existência humana é uma existência de muitos e que tudo que é dito fora desse pressuposto [...] é sem sentido. Mas esta existência de muitos [...] é existência social e histórica e é essa para nós a dimensão essencial do problema. A intersubjetividade é [...] a matéria da qual é feito o social, mas esta matéria só existe como parte e momento desse social que ela compõe e que também pressupõe." (Castoriadis, 1986:130.)

Conceber a sociedade como uma soma de indivíduos, imaginar que a infra-estrutura conduz a história independentemente dos homens ou esquecer que nesta os homens agem e são levados a agir, levou vários autores a professarem a morte do sujeito. "Nenhuma autonomia individual pode superar as conseqüências desse estado de coisas, anular os efeitos sobre nossa vida, da estrutura opressiva da sociedade na qual vivemos." (Castoriadis, 1986:131.) Contudo, o sujeito sempre esteve historicamente presente e atuante de diferentes maneiras, ainda que a ausência de um conjunto de fatores imbricados não permita que uma ação isolada no cotidiano de um único indivíduo altere a história. Até mesmo em sociedades organizadas pelo eixo da dominação e da exploração, o sujeito sempre tem possibilidade de fazer seu caminho, dentro da margem de manobra que permanece a seu favor entre ele e as relações sociais.

"A minha história é difícil. Eu nasci [...] em Pernambuco [...] Lá a gente passava fome [...] Depois meu pai veio pra cá [...] e arrumou outra mulher e deixou nós lá [...] Aí, minha mãe veio com a gente pra cá [...] Ficamos morando na favela [...] Os homens mexiam com a gente [...] Aí minha mãe [...] arrumou um homem. Meus irmãos e eu fomos pra rua [...] pegar coisas [...]Tinha dia que a gente dormia na rua [...] Depois, encontramos o pessoal da pastoral e fomos morar no Lar. [...] Eu achei as coisas chatas lá no Lar. Arrumei um homem [...] e fui morar com ele. Depois eu voltei e hoje estou casada e tenho meu filho. [...] muita coisa que eu quis fazer [...] não deu [...] mas fiz muitas coisas." (Dep., Sílvia, 21 anos, que viveu no abrigo dos 12 aos 15 anos.)

No vai-e-vem da dor e da privação, Sílvia e seus irmãos encontram saídas para garantir a sobrevivência. Acredita que a entidade não pode responder a suas expectativas e necessidades, resolve deixar a entidade para "morar com um homem", numa saída que acaba por fracassar. Retorna à instituição e procura reorganizar sua vida, até que encontra alguém com quem constitui uma família e tem seu filho. Eis aí um jogo que mostra a autonomia do sujeito, seu poder de escolher, entre as muitas ou muito poucas oportunidades que surgem da exterioridade, aquela que mais o satisfaz: *"muita coisa [...] não deu [...]"* para fazer, *"mas fiz muitas coisas"*. A articulação entre subjetividade, objetividade e políticas assistenciais no cotidiano permite circunscrever nos modos de produção vigente o processo de formação do sujeito. Dessa forma, é possível evitar os riscos de descambar numa visão ingênua e imediatista, que atribuiria unicamente às crianças e adolescentes os fracassos e abandono de suas vidas.

A rede de proteção como espaço de construção da subjetividade e de proteção e orientação para a criança e o adolescente não nega as lutas de >

De maneira geral, a falta de recursos físicos e materiais leva os formadores e os responsáveis pelas políticas sociais a não se empenharem na qualidade da ação e a menosprezarem dimensões essenciais da ação e etapas da mesma importância, entre as quais estão a vontade política, a articulação institucional, a proposta de trabalho integrado e a capacitação pessoal. Faz-se muito, mas de maneira equivocada, porque se excluem essas dimensões, que dependem apenas de negociação, definições de diretrizes e treinamento de agentes e profissionais. A implantação das políticas sociais depende, às vezes, mais de vontade política do que de recursos para investimento, nos aspectos humano e técnico-financeiro. A articulação desses elementos é essencial na luta contra os obstáculos que se opõem à garantia dos direitos humanos.

D. Lázara e parte da diretoria do LMSJ entendem que a criança e o adolescente são enviados por Deus à entidade e devem ser recebidos como numa família, independentemente de uma avaliação profissional. Portanto, a entidade que nascera da prática de uma religiosidade, sem contudo negar a miserabilidade da população, e que lutava pela melhoria da qualidade de vida, depara-se com as exigências de uma nova ordem, que vem questionar as próprias razões de sua atuação e o seu modelo. O desenrolar dos fatos, como a criação das políticas sociais e a melhoria da qualidade de vida da cidade, vão demonstrando à entidade a necessidade de alterar seus princípios. Até a própria fundadora reconhece que sua missão está concluída e que outros devem assumir a instituição, sob uma nova perspectiva: *"É preciso que eu diminua, para que o LMSJ cresça."* Iniciara o trabalho a partir de uma necessidade e entende que ele está terminando quando novos carecimentos surgiram e com melhores condições para satisfazê-los.

Esse movimento que se pode capturar no cotidiano do sujeito e da esfera pública é que dinamiza a própria história. Talvez se possa dizer, com Marx, que os homens, mesmo na inconsciência disso, fazem a história. Muitos vezes, a criatura escapa ao criador, quando muitos de seus atos ganham projeções imprevistas e incontroláveis. Destas, as mudanças que provocam no indivíduo e na sociedade permitem mesmo suspeitar que a criatura se voltou contra o criador. Na realidade, criador e

criatura já não são mais os mesmos. D. Lázara, a comunidade e o LMSJ são exemplos das inevitáveis mutações que transformam homens, instituições e sociedades.
Vejamos uma amostra desse fluxo do sujeito:
"Quando eu vim morar no Lar, eu tinha muito medo de tudo [...] eu não pedia, eu não falava. O que eu queria eu pegava. Eu batia nas pessoas. As pessoas ameaçavam falar com os comissários e o juizado de menores. [...] Eu morria de medo de apanhar [...] Depois de um tempo, comecei a falar o que eu queria, desde o dia que eu briguei com os educadores [...] Hoje falo o que quero, faço o que tenho vontade. A gente paga pela decisão [...] dói a barriga, mas assumo, porque luto pelo que quero. [...] Sei que não é fácil, quando a gente é pobre, de conseguir as coisas. [...] aprendi que devo lutar até conseguir as coisas." (Dep., Mariclara, 23 anos, viveu no LMSJ dos 10 aos 15 anos, 1993.)
A confissão do medo de falar e de que preferia "pegar" as coisas, quando começou a utilizar os recursos da assistência social, deixa entrever a complexidade da conceituação da categoria sujeito. Mariclara descreve o temor de estabelecer um relacionamento com a exterioridade e dela extrair energias para lutar e tomar decisões. Com a ajuda da assistência, consegue superar o medo e enfrentar os contratempos. A abrangência da categoria sujeito está nessa estruturação de elementos biológicos, que impulsionam o indivíduo ao encontro do outro, até culturais.
Ao analisar o cotidiano do LMSJ, buscamos demonstrar que a história não pode ser reduzida à vontade de um indivíduo que escolhe o que acredita ser o melhor. Nem sempre os indivíduos dispõem das condições necessárias para optar, uma vez que suas escolhas sofrem influências de múltiplas determinações. Exemplificando, uma criança não vai morar na rua por uma escolha racional; antes, é jogada para essa situação, circunstância que, obviamente, tem que enfrentar e com a qual procura lidar:
"Fui pra rua, porque nem minha mãe e nem o homem dela me queriam, ele me batia e não me deixava brincar. Aí comecei a ficar um dia na casa de qualquer pessoa, depois ficava um dia na rua e voltava para casa, até que não voltei mais. Aí, o juizado me pegou e trouxe pra cá. E [...] fiquei até quando minha mãe separou do homem dela. Também eu briguei aqui no Lar e o juiz forçou minha mãe a me levar de volta pra casa dela. [...] Tem gente que pensa que a gente vive na rua, porque a gente gosta da rua [...] que vive em instituição porque gosta. A gente quer mesmo é viver com a família da gente. Apesar do Lar ter cuidado de mim, feito estudar, [...] eu me sentia como a Chispita, um cachorro sem dono." (Dep., José, 23 anos, que viveu no LMSJ dos 10 aos 16 anos, 1995.)

As pessoas nem sempre escolhem o que querem, por força das adversidades. A história de José deixa perceber que determinadas circunstâncias se encontram na base das possíveis opções. Esse princípio induz ao entendimento de que o ponto primordial da história é que ela é construída pelos homens. Outro pressuposto é a necessidade de sua continuidade. O homem faz a história dentro de situações dadas e a história o realiza. Os acontecimentos são construídos a partir do homem, mas têm desdobramentos que vão além de sua vontade. Neste sentido, a história deve ser compreendida na práxis, que supera as dicotomias entre sujeito e objeto, homem e natureza, pensamento e existência.
Essa concepção de história não nega o sujeito e também não exclui dela outras dimensões, uma vez que não existe sujeito sem natureza, da mesma forma que a natureza sem o sujeito não faz a história. Quem dá vida aos objetos é o sujeito, mas, sem os objetos, o sujeito não pode sobreviver. José constrói sua história não só a partir de escolhas racionais, mas também na busca de equacionar necessidades físicas, materiais e emocionais. No fato do padrasto mandá-lo embora, há uma questão material sobre onde morar e de quem receber sustentação emocional. Ser jogado para a rua não é escolha sua, mas, uma vez em determinada situação, ele busca transformá-la. Este parece ser o caso de José, que sai de casa, vai para a rua e é levado pelo acaso à entidade, onde, durante cinco anos, atormenta a vida de todos. Finalmente, o padrasto abandona sua mãe, a entidade pressiona o juiz e este força a mãe a recebê-lo de volta:
"Eu gostava muito das pessoas, mas eu queria mesmo era que minha mãe separasse daquele homem ruim. [...] Quando ela falou que separou, eu comecei a 'aprontar e embaçar', até que o juiz falou pra minha mãe me levar, porque ela tinha casa. [...] Recebia pensão do meu pai e ficava tudo pra ela e também a casa que era minha e da minha mãe, e a pensão também era minha, [...] o meu pai morreu e deixou pra nós. [...] Até hoje não perdoei minha mãe [...] ela mora na minha casa com meus dois irmãos daquele homem." (Dep., José, 1995.)
Percebe-se, na trajetória de José e de outras crianças abrigadas no LMSJ, o entrelaçamento de fatores alheios à mera escolha ou autodeterminação. No caso de José, o pai que morre, a mãe que arruma outro marido, ele que vai para a rua, o juiz que o encaminha ao LMSJ, sua volta para a mãe, o ciúme que sente dos irmãos, as estratégias que organiza para voltar para casa [...] demonstram que na vida cotidiana o homem age e "é agido", porque é também "acionado pelo meio". Poder-se-ia dizer que fazer a própria história é enfrentar os desafios da vida. O sujeito maduro é aquele que consegue abrir caminhos através das dificuldades, elaborar estratagemas de sobrevivência dentro de contextos e situações definidas, a exemplo de José, que quer ficar com a mãe e que utiliza a favor deste desejo todos os recursos a sua volta: *"Comecei a 'embaçar', até que o juiz falou pra minha mãe me levar."* Ele consegue perceber que o fluxo dos acontecimentos - a rejeição, a realidade social e econômica, a morte do pai, o juiz, a emoção, sua idade, enfim, todos esses elementos envolvidos - serve de estratégia para conquistar o que deseja. É esse conjunto complexo que talvez permita pensar a constituição do sujeito - para além do ato de escolher - como o saber utilizar os elementos externos a favor da realização dos próprios desejos: "[...] o sujeito consciente. Mas, mesmo no homem, há uma realidade 'sujeito', inconsciente, orgânica, que se manifesta na e pela distinção imunológica que o nosso organismo faz entre o si e o não si" (Morin, 1994:250).

Sujeito e subjetividade
O cotidiano do LMSJ e do CMDCA permite repensar a temática do sujeito, de sua natureza e reações ante as novas circunstâncias econômicas e sociais. Ele suscita e permite uma revisão do dilema sobre quem faz a história e como a faz, contido nas crises dos paradigmas sociológicos. Pressupõe-se que a história se faz em circunstâncias determinadas, pela ação do sujeito individual e coletivo, por meio dos atos e escolhas dos homens movidos por necessidades experimentadas em todas as esferas sociais econômicas, "[...] a partir de escolhas de alternativas nas condições por eles mesmos criadas e pelas quais devem responder com responsabilidade. [...] Fazer história significa, portanto, ter de enfrentar desafios inevitáveis à inteligência" (Lazzareschi, 1995:8). Ao nascer, o homem encontra um mundo já construído e o reconstrói a partir das circunstâncias dadas no seu momento histórico. Neste sentido, as afirmações da simples interiorização, assimilação ou reprodução de valores, hábitos e costumes são hipóteses que fundamentariam apenas nas instituições o ponto de partida da história. Do mesmo modo, fogem àquela perspectiva as reduções do fazer histórico à escolha ou ação dos indivíduos.
Quando se pensa na prática da assistência social, o que ressalta de imediato é sua peculiar dubiedade. Ela é um instrumento de alargamento e de concretização dos sonhos e esperanças dos usuários ou do seu aniquilamento e destruição. Este princípio mantém sua validade na prática do LMSJ, em que múltiplos interesses não poderiam deixar de estar presentes. Como já se evidenciou, o atendimento das crianças e adolescentes abandonados é decorrência de uma religiosidade e não o objetivo imediato da entidade. Em decorrência disso, a identificação da comunidade e de D. Lázara com os anseios e reclamos dessa população confunde-se com uma interpretação da vontade de Deus. Este é um pressuposto que leva a excluir da prática assistencial do LMSJ as crianças que não viverem de acordo com "as graças do Senhor", a juízo das dirigentes e da

comunidade:
"Morei no Lar até o dia que minha mãe falou mal de Nossa Senhora. D. Lázara colocou a gente na rua no mesmo instante. [...] ela não gostava de nós, porque a gente não ia na igreja dela, nem a minha irmã aceitou ser batizada naquela igreja que ela ia. Nos dois ou três anos que vivemos lá foi bom pra nós. Mas ela gostava só das crianças que rezavam o terço. Quem não rezava ela não ligava muito, ela obrigava a ir embora da casa. Esperava a gente arrumar um lugar pra ficar." (Dep., Isaías, 17 anos, 1994.)
A concepção de mundo sob um prisma predominantemente religioso, cujos critérios servem de orientação para a qualidade do acolhimento, vem a ser, por um outro lado, um dos principais limites da ação do LMSJ. Pela trilha da religiosidade trafegam, como já se destacou, as lutas e empenhos pela implantação da qualidade de vida para todos os usuários, mas essas brechas se abrem na perspectiva da religião, à qual espera-se que os usuários estejam filiados, e não sob a ótica dos direitos sociais de cidadania. Não obstante esse limite, é necessário enfatizar que o LMSJ conserva no decorrer de sua história a face de estratégia de sobrevivência e de facilitadora da introjeção e transformação das normas e instituições da sociedade pelo usuário. A atuação do LMSJ fundamenta-se na ação de lideranças carismáticas que se propõem a satisfazer os carecimentos radicais das crianças e adolescentes. Por essa mesma razão, pode criar condições para a negação dos conteúdos da cidadania enraizados nos direitos universais.
Essa situação ganha força em virtude do trabalho não ocorrer num espaço neutro, mas de acordo com o perfil característico das proprietárias da casa em que funciona a entidade e da própria comunidade envolvida. O trabalho do LMSJ tem sua face de bondade, principalmente num local e num momento em que o poder público era omisso em relação ao bem-estar das crianças e dos adolescentes. Além da ausência de políticas sociais, a própria família, que deveria garantir o bem-estar dos filhos, passa a ser o espaço de tortura e exploração. Os fatos, entretanto, não justificam a perpetuação de um projeto social realizado numa "cosmovisão de misericórdia", que acabaria por escamotear o não cumprimento dos deveres do poder público e da sociedade para com a população infanto-juvenil. A questão da criança, já não se pode conceber como "caso de polícia" nem de misericórdia. Impõe-se, em consonância com a "era dos direitos", que a questão da miséria seja assumida em sua face legítima de questão social, a ser respondida pelas políticas sociais, direcionadas pelo Estado e pela sociedade. Esta perspectiva nasce das entranhas das práticas que, na história, vão perdendo o ranço de misericórdia e se transformando em direito no âmbito da esfera pública:
"O trabalho de D. Lázara é complexo. Como uma pessoa carismática, ela não tem uma lógica racional do direito. Ela vive segundo as moções do Espírito Santo, que também se confundem com a sua vontade. Não é fácil acolher um monte de crianças na sua própria casa, agüentar reclamações do Estado, que deveria estar cuidando dessas crianças, desses adolescentes. É verdade que encontramos crianças do Lar na rua [...] que, às vezes, ela manda algumas embora, que o Lar tem educadores despreparados [...] as famílias de nossas comunidades também são assim. Quando conheci D. Lázara e sua casa, senti um carinho dela para com todos, mas uma miséria muito grande. A casa ficava, na ocasião, bem na beirada de um córrego, com todos os detritos que a população jogava. Acredito que o trabalho dela é um trabalho profético, que denuncia a omissão de todos, e a sua atitude contraditória, que faz parte de quem é carismático, tem atingido o próprio poder público, que se vê obrigado a desenvolver políticas para essa população. O seu trabalho se torna alvo de muitas críticas, mas é reconhecido por todos na cidade." (Padre, 1993.)
Na fala do padre, pode-se perceber a complexidade de se caracterizar um trabalho assistencial de motivação religiosa, porque, em sua práxis, concorrem um imaginário da vontade de Deus, o desejo do "servo", as necessidades do usuário e os interesses dos políticos que se utilizam desse espaço para garantir suas eleições. O que se ressalta na experiência da entidade é que os sujeitos se apropriam dos elementos que essa relação oferece e constróem a partir daí a sua história. Um outro aspecto significativo é que a própria entidade vai também se transformando e ao seu meio ambiente.
O prédio e as instalações, inadequados aos objetivos previstos, não têm área de lazer nem espaços para que usuários e educadores guardem seus pertences, não permitem privacidade e nem a necessária separação entre a entidade e a comunidade. A instituição tem segurança de que está circunscrita no cenário das relações sociais e de que é uma estratégia de resistência da população empobrecida diante dos efeitos do modelo econômico e político brasileiro. Mas não pode responder plenamente aos carecimentos radicais dos abrigados e introduzi-los no círculo da cidadania, pois também busca alternativas para manutenção de suas atividades e, de certa forma, reproduz a miséria dos usuários. Se estes necessitam da entidade para sobreviver, ela depende das contribuições da sociedade civil e dos órgãos públicos. Neste ponto, evidencia-se um dos limite da entidade: D. Lázara pede ajuda às pessoas como uma "exigência da justiça do reino de Deus" e não como um direito de cidadania. Muitos dos doadores contribuem por "terem feito promessas a São José". Outros vêem em D. Lázara um "espírito de luz". D. Inês, doadora do dinheiro para compra do terreno da nova sede, diz:
"Eu fiz uma promessa e se fosse atendida eu doaria uma quantidade de dinheiro para ajudar os seus filhos abandonados. Quando tive meu pedido atendido, me indicaram D. Lázara e ali eu senti o amor dela a São José e aos seus filhos. Aí eu sonhei que era para cuidar daquelas crianças que eu deveria dar o dinheiro de São José. [...] Trabalhei um tempo com D. Lázara e com seu grupo e sentia a presença e a mística de São José. Assim como ele, o Lar cuida daqueles que foram rejeitados pela sociedade." (Dep., 1986.)
Acreditar que pela oração a São José as coisas são resolvidas faz dessa crença uma estratégia de sobrevivência que pode velar as verdadeiras causas da desigualdade social, pois os próprios colaboradores fazem parte da fábrica da desigualdade social, geradora da rejeição "dos filhos a serem socorridos por São José".
O desenvolvimento da entidade vai confirmando o carisma de D. Lázara, de modo que, em alguns momentos, sua vontade se confunde com os objetivos da instituição. Doadores, comunidade e lideranças políticas e religiosas, a própria diretoria, colaboram com ela em função de seu carisma, mais do que pela necessidade das crianças e adolescentes. Essa identificação do LMSJ com D. Lázara, em determinadas condições, garantiu o êxito da instituição, mas é também um dos seus limites. À medida que D. Lázara se comunica com a cidade através do LMSJ e Diadema diminui as mazelas sociais, a assistência vai ganhando o patamar de política social. O conflito que se estabelece entre as diferentes concepções de assistência começa a se evidenciar quando, em 1984, o LMSJ pede os registros no Estado:
"O trabalho do Lar tem suas qualidades. As crianças e adolescentes não têm cara de institucionalizados. Parecem com as crianças pobres de Diadema e adjacências. Parecem uma grande família nordestina desorganizada. Elas vão à escola, convivem com as crianças do bairro, vão a festas, enfim, participam de tudo da comunidade. Este espírito do Lar choca, pois ele é uma instituição e não é uma casa de família. E D. Lázara age como uma matriarca. Ela é a lei. Quando Diadema não tinha nada, isto era importante. Mas agora, o Lar tem que se submeter às regras e aos critérios que o próprio Código de Menores estabelece. D. Lázara diz que obedece ao Evangelho, mas não obedece a essa lei, que essa lei é contra o Evangelho. Se é verdade que o Código tem alguns limites e deve ser mudado, também é verdade que não dá para aceitar o que D. Lázara faz. Ela recebe criança, manda embora, sem comunicar ao poder judiciário. Às vezes, recebe a criança por caridade e de um dia para outro essa caridade desaparece, mandando embora, dizendo que a criança não lhe obedecia. É verdade que é melhor fazer isso do que maltratar mais a criança. Ela tem que entender que a sociedade é feita de regras. Ela, muitas vezes, coloca junto outros pobres, mães solteiras, pessoas desempregadas, doentes, até animais, o que cria um problema anti-higiênico. Não sabemos

das condições dessas pessoas para conviver com as crianças, se não é uma atitude antieducativa. As crianças e adolescentes abandonados não são de sua responsabilidade." (Depoimento da técnica do Fórum de Diadema, 1984.)

Nessa trama, jogam as diferentes concepções de assistência e práticas pedagógicas. De um lado, é saudável acolher as crianças e adolescentes, amá-los e valorizá-los, o que é reconhecido pela técnica e por outros líderes comunitários como um elemento positivo. Sob um outro aspecto, regras sociais de convivência constituem um conteúdo fundamental para o rito de iniciação à ilusão e à desilusão. A figura de São José é importante para os abrigados, pois diante das dificuldades têm a quem recorrer e como manter viva uma força interna. Entretanto, D. Lázara transmite, às vezes, uma visão mágica de que basta recorrer a São José para que se resolvam todos os problemas, e isto pode dificultar o aprendizado da vivência da ilusão e da desilusão.

---

[1] Neste trabalho, a construção da categoria sujeito é centrada no homem, distintamente de outras definições, como aquelas que o entendem nos partidos, nas lutas de >cogito, redutor do sujeito à dimensão racional. Essas concepções minimizam a complexidade dessa categoria. Para se "[...] compreender a formação do ser desejante cabe aproximar-se do entendimento psicanalítico possível dos mecanismos da formação da subjetividade [...] Uma vez compreendido o ser desejante, pode-se especular sobre essa pessoa poder vir ser ator de práticas sociais [...] Aqui chegando, reitera-se, já existiria então como sujeito provisório no que pode se ter como o sujeito-em-constituição ou em construção na contemporaneidade" (Manzini Covre, 1996:98). Em síntese, o que se propõe é um sujeito em construção, que se altera e muda seu cotidiano de acordo com suas relações.

[2] A autonomia do sujeito é que permite compreendê-lo não como algo dado, mas a ser construído. Entende-se essa autonomia como a possibilidade do sujeito fazer suas escolhas dentro dos limites históricos e circunstâncias dadas, uma vez que ele se manifesta com múltiplas possibilidades de reflexão e reação diante dos fatos do dia-a-dia. Na infância, já se percebe que a criança transforma aquilo que recebe. Castoriadis (1992:237) observa que "[...] a criança transforma o que lhe damos ou o que encontra dando-lhe um sentido - mas não sem relação com o sentido do que já lhe demos". A autonomia do sujeito é sempre limitada, pois apesar de transformá-las, o sujeito depende das informações recebidas.

[3] Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

[4] Diadema situa-se na Região Sudeste da área metropolitana da Grande São Paulo, distante 1.032 km do Distrito Federal, a 17 km do marco zero da cidade de São Paulo e 8 km de São Bernardo do Campo. Mede 30,7 km2, dos quais 15.336,157 m2 estão ocupados com residências, 5.732,880 m2 com indústrias e 1.124,850 m2 com comércio; 5.540,183 m2 são de área vazia e a área restante é de rodovias e reservas. Faz parte do cinturão industrial da Grande São Paulo. Tornou-se município em 1960, com 12.287 habitantes, e, em 1995, já possuía uma população estimada de 321.700 habitantes. Em

[5] Em meus trabalhos de mestrado e doutorado, publicados em 1993 e 2002, descrevo a realidade de Diadema nesse período.

[6] Antes de implantarem o LMSJ, junto com a comunidade, D. Lázara e sua irmã, D. Luíza, moravam em Sorocaba. Nos anos 70, adquiriram uma casa de dois cômodos, na cidade de Diadema. Logo que chegaram, começaram a desenvolver, voluntariamente, atividades de cunho comunitário. Participavam da formação das CEBs e organizavam festas com a comunidade, principalmente na Páscoa e no Natal, com as crianças da redondeza e suas famílias. D. Lázara ministrava formação catequética às crianças, aos adolescentes e às famílias, e D. Luíza visitava as famílias para orientações de higiene.

[7] "O líder carismático ganha e mantém autoridade exclusivamente provando sua força na vida. Se quer ser profeta, deve realizar milagres; se quer ser senhor da guerra, deve realizar feitos heróicos. Acima de tudo, porém, sua missão divina deve ser provada, fazendo que todos os que se entregam fielmente a ele se saiam bem. Se isso não acontecer, ele evidentemente não será o mestre enviado pelos deuses." (Weber, 1980:287.) Carismático aqui é assumido nos termos de missão, na busca de salvaguardar a vontade de Deus e, ao mesmo tempo, de procurar fazer o bem ao outro, de exercitar a prática da solidariedade por ele estabelecida. D. Lázara, antes de morar em Diadema, viveu 28 anos enclausurada na Ordem da Imaculada Conceição, as Concepcionistas, um ramo dos Franciscanos, no convento de Sorocaba. Deixou o convento para viver uma consagração secular, um estilo de vida aprovado em 1947 pelo Papa Pio XII. Vinculou-se ao Instituto Catequético Secular São José e passou a trabalhar como auxiliar de enfermagem no Hospital São Paulo, na área de psiquiatria, onde se aposentou.

BIBLIOGRAFÍA

BENJAMIN, Walter. *Coleção Grandes Cientistas Sociais.* São Paulo: Ática, 1991.

BERMAN, M. *Tudo que é Sólido desmancha no Ar.* São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BERTRAND, M. O Homem Clivado - A Crença e o Imaginário. In: SILVEIRA, P., DORAY, B. (orgs.). *Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade.* São Paulo: Vértice, 1989.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

____. *Estado, Governo, Sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

____. *A Era dos Direitos.* Rio de Janeiro: Campus, 1992.

____. *Qual Socialismo, Discussões de uma Alternativa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BORÓN, A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CANEVACCI, Massimo. *Dialética do Indivíduo.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTORIADIS, Cornelius. *O Mundo Fragmentado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

____. *A Instituição Imaginária da Sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CATÃO, F. *O que é Teologia da Libertação.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

CBIA. *Trabalhando o Abrigo.* São Paulo: PUC, 1993.

____. *Trabalhando Conselhos de Direitos.* São Paulo: PUC, 1993.

CEBRAP. *A Criança, o Adolescente, a Cidade.* São Paulo: 1972.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano.* Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Laços do Desejo. In NOVAES, E. (org.). *O Desejo.* São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

____. *Conformismo e Resistência.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

CNBB. *Quem acolhe o Menor a mim acolhe.* Texto Base da Campanha da Fraternidade, 1978. Brasília: 1987.

COSTA, A. C. G. da. *É Possível Mudar?* São Paulo: Malheiros, 1993.

____. *O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil.* São Paulo, LTR, 1994.

____. *De Menor a Cidadão.* Governo do Brasil: 1994.

____. *Aventura Pedagógica: Caminhos e Descaminhos de Uma Ação Educativa.* São Paulo: Columbus, 1990.

____. MENDEZ, E. G. *Das Necessidades aos Direitos.* São Paulo: Malheiros, 1994.

COSTA, João B. Araújo. *Poder Local, Democracia, Participação Popular.* Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 1993, mimeo.

COUTINHO, Nelson C. *Estruturalismo e a Miséria da Filosofia.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

____. *Gramsci.* Porto Alegre: L&M, 1981.

____. *Democracia e Socialismo.* São Paulo: Cortez, 1992.

____. *Marxismo e Política.* São Paulo: Cortez, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Espinoza e os Signos.* Porto: Rés.

DEMO, Pedro. *Participação e Conquista.* São Paulo: Cortez, 1988.

____. Estado Inevitável e Necessário. In: PAIVA, L. D. C. (org.). *Transição Democrática e Política Social do Brasil.* Brasília: UNB, 1988.

_____. Participação Comunitária e Constituição. In: *Anais do I Simpósio Nacional sobre Assistência Social.* Brasília: Congresso Nacional, 1989.

____. *Política Social, Educação e Cidadania.* Campinas: Papirus, 1994.

DOWBOR, L. *Planejamento Municipal.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

____. *O que é Poder Local.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

DRAIBE, S. N. As Políticas Sociais Brasileiras, Diagnósticos Perspectivas. In: *Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas para a Década de 90*: Brasília, IPEA e IPLAN, 1989.

ESTEVES, M.A. *Meninas Perdidas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ESPING-ANDERSEN, C. As Três Economias Políticas do Welfare State. In: *Revista Lua Nova,* Nº. 24. São Paulo: Cedec, Set., 1991.

ESPINOSA, B. de. In: *Coleção Os Pensadores.* São Paulo: Abril, 1973.

FALCÃO, M. C. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica.* São Paulo: Cortez, 1989.

____ (org.). *Os Direitos dos Desassistidos Sociais.* São Paulo: Cortez, 1989.

____. SPOSATI, A. *LBA, Identidade e Efetividade das Ações no Enfrentamento da Pobreza Brasileira.* São Paulo: Educ, 1989.

FALEIROS, Vicente de Paulo. *A Política Social do Estado Capitalista.* São Paulo: Cortez, 1991.

FAUSTO, A.. (org.). *O Trabalho e a Rua.* São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, Florestan. Marx e Engels. In: *Coleção Grandes Cientistas Sociais.* São Paulo: Ática, 1984.

____. *A Revolução Burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

____. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Queiroz, 1980.

FERNANDES, Heloísa. *Tempo do Desejo.* São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERNÁNDEZ, Alicia. *O Idioma do Aprendente.* Porto Alegre: Atmed, 2001.

FERREIRA, R. M. Fischer. *Meninos da Rua.* São Paulo: Cedec, 1979.

FERRETI, C. J. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Questão Educacional. In: *Cadernos Populares*, 1. São Paulo: Forja, 1991.

FIGUEIRÊDO, L.G.B. Comentários sobre o Fundo Público. In: CURY, M. (coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado.* São Paulo: Malheiros, 1992.

FOERSTER, H. von. Visão e Conhecimento: Disfunções de Segunda Ordem. In: Schnitmam, D. F. (org.). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1981.

____. *História da Loucura.* São Paulo: Perspectiva, 1991.

FREIRE, Paulo. *Conscientização.* São Paulo: Moraes, 1980.

____. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

____. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

____. *Pedagogia da Esperança*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. In: Coleção *Os Pensadores.* São Paulo: Abril, 1978.

FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

____. *Análise do Homem.* Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

____. *A Arte de Amar.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.

____. *A Revolução da Esperança.* São Paulo: Círculo do Livro, 1970.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o Inconsciente.* Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GENRO, T. *Utopia Possível.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

GLASERFELD, E. von. A Construção do Conhecimento. In: Schnitmam, D. F. (org.). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GIARD, Luce. História de uma Pesquisa. In: CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano.* Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

____. *Cartas do Cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

____. *Concepção Dialética da História.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

____. *Caosmose: Um Novo Paradigma Estético.* Rio de Janeiro: Edições 34, 1993.

HELLER, A. *Para mudar a Vida, Felicidade, Liberdade, Democracia.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

____. *O Homem do Renascimento.* Lisboa: Presença, 1982.

____. *A Filosofia Radical.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

____. *O Cotidiano e a História.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

____. Sociologia como Desfitichização da Modernidade. In: *Revista Cebrap,* Nº 30. São Paulo: Cebrap, julho/1991.

____. *Uma Teoria da História.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos.* São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M., CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.* São Paulo: Cortez, 1988.

IANNI, Octavio *A Sociedade Global.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

____. A Cidade Global. In: *Revista Vozes Cultura,* n. 88. Petrópolis: Março e Abril/ 1994.

____. *Teorias da Globalização.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

____. *A Era do Globalismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JACOBI, P. Descentralização Municipal e Participação dos Cidadãos: Apontamentos para o Debate. In: *Revista Lua Nova,* n. 20, pp. 121-144. São Paulo: Cedec.

KECK, Margaret E. *PT, A Lógica da Diferença.* São Paulo: Ática, 1991.

KLIKSBERG, B. (comp.). *Pobreza, Un Tema Impostergable.* México: Fondo de Cultura, 1993.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

LBA. *Parceiros ou Cúmplices*. São Paulo: Biblioteca da LBA, 1989, mimeo.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LUKÁCS, G. *História e Consciência de > Porto, Portugal: Scorpião, 1974.*

LUXEMBURG, Rosa. A Revolução Russa. Petrópolis: Vozes, 1991.

MANZINI COVRE, María de Lourdes. A Cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

____. *O que é Cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1996.*

____. *A Fala dos Homens. São Paulo: Brasiliense, 1993.*

____. *No Caminho de Hermes e Sherazade. Taubaté: Vogal, 1996.*

MARSHALL, T. H. Política Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, J. de Souza (coord.). O Massacre dos Inocentes. São Paulo: Hucitec, 1991.

____. *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.*

MARX, Karl. A Questão Judaica. São Paulo: Moraes.

____. *In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.*

____. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

____. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

____. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Lisboa: Ed. 70, 1989.

____. A Crítica ao Programa de Gotha. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa- Ômega, 1875.

____, ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. Vol. I. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1953.

____, ____. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis: Vozes, 1988.

____, ____. Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MATOS, O. Desejo de Evidência, Desejo de Vidência: Walter Benjamin. In: O Desejo. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

MÉSZÁROS, István. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

MONTAIGNE. Michel. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1972.

MONTEIRO, L. G. Matos, Neomarxismo: Indivíduo e Subjetividade. São Paulo: Educ, 1995.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. Portugal: Europa-América, 1994.

____. O Paradigma Perdido. Lisboa: Europa-América, 1991.

____. O Método II. Lisboa: Europa-América, 1989.

____. A Noção de Sujeito. In: SCHNITMANN, D. F. (org.). Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

____. Os Meus Demónios. Portugal: Europa-América, 1995.

____, KERN, A. B. Terra-Pátria. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1996.

OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor. In: Revista Novos Estudos, Nº 27, São Paulo: Cebrap, 1988.

PEREIRA, Potyara A. Crítica Marxista da Teoria e da Prática da Política Social no Capitalismo. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 1987, mimeo.

PINNO, Angel. Política de Promoção Social e Exercício da Cidadania, Uma Crítica às Práticas de Confinamento da Pobreza. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Ano X, Nº 31. São Paulo: Cortez, 1989.

PONTUAL, P. Por uma Pedagogia da Participação Popular. In: Revista Pólis, Nº 14. São Paulo: Pólis, 1994.

PONTES JR., F. Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo: Malheiros, 1993.

PONTES, L., BAVA, C. S. As ONGs e as Políticas Públicas na Construção do Estado Democrático. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Nº 50, pp. 133-142. São Paulo: Cortez,1996.

PRIORE, M. D. org. História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

REICH, Wilhelm. Escuta, Zé Ninguém!, 11. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

RESENDE, Paulo E. A República sem Povo. São Paulo: Educ, 1989.

RIVERA, Deodato. Pelo Amor destas Bandeiras. Brasília: Ministério da Ação Social, 1991.

SADEK, M. Tereza. Poder Local: Perspectivas da Nova Ordem Constitucional. In: AVANCINI, Sérgio, TREVAS, Vicente (orgs.) Poder Local. São Paulo: Educ, 1987.

SADER, E. Quando Novos Personagens entraram em Cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de S. Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

____. Um Discurso sobre as Ciências. Porto: Afrontamento, 1995.

____. Introdução à uma Ciência Pós-Moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1993.

____. Organizações Não-Governamentais na América-Latina: Seu Papel na Construção Civil. In: Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 8, n. 3, pp. 6-14. São Paulo: Seade, Jul.-Set., 1994.

____. Trajetória das ONGs na América Latina. Anotações de Pesquisa. In: JUNQUEIRA, L. A. P. (coord.). Brasil e a Nova Ordem Internacional. Anais do IX Congresso Internacional dos Sociólogos. São Paulo: Sinsesp, 1992.

SÊDA, Edson. Da Política de Atendimento. In: Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo: Malheiros, 1992.

SILVA, A. A. Do Privado para o Público: ONGs e os Desafios da Consolidação. In: JUNQUEIRA, L. A. P. (coord.). Brasil e a Nova Ordem Internacional, Anais do IX Congresso Internacional dos Sociólogos. São Paulo: Sinsesp, 1992.

SILVEIRA, P. Da Alienação ao Fetichismo - Normas de Subjetivação e Objetivação. In: SILVEIRA, P., DORAY, B. (orgs.). Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade. São Paulo: Vértice, 1989.

SIMÃO, A. Sindicato e Estado. São Paulo: Ática, 1991.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: Sua Teoria, Incidência no Brasil, Influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMÕES, Júlio Assis. O Dilema da Participação Popular. São Paulo: Anpocs, 1992.

SIMONETTI, C. et al. Do Avesso ao Direito. São Paulo: Malheiros, 1994.

SOUZA NETO, João Clemente de. A Urdidura da Cidadania no Cotidiano da Criança e do Adolescente Abandonados. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 1997.

____. De Menor a Cidadão: Filantropia, Genocídio, Políticas Assistenciais. São Paulo: Nuestra América, 1993.

SPINK, M. Jane Paris (org.). A Cidadania em Construção. São Paulo: Cortez, 1994.

SPOSATI, A. Vida Urbana e Gestão da Pobreza. São Paulo: Cortez, 1988.

____. Os Desafios da Municipalização e o Atendimento à Criança e ao Adolescente: O Convívio entre a LOAS e o ECA. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 46. São Paulo: Cortez, dezembro, 1994.

____ (coord.). Cidadania ou Filantropia: Um Dilema para o CNAS. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, 1994.

STOFFELS, M.-G. Os Mendigos na Cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TELLES, V. Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. São Paulo: Pólis, Nº 14, 1994.

TOCQUEVILLE, Alex. Democracia na América. São Paulo: USP, 1977.

TOURAINE, A. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

WANDERLEY, L. Eduardo. Democracia, Cultura e Desenvolvimento da Comunidade. In: Revista Serviço Social & Sociedade, Nº 36, ano XII. São Paulo: Cortez, 08/1991.

____. Participação Popular: Poder Local e Conselhos. In: Revista São Paulo em Perspectiva, pp. 23-30. São Paulo: Fundação Seade, Abril e Junho/1991.

WEFFORT, Francisco C. Por que Democracia? São Paulo: Brasiliense, 1985.

____. Novas Democracias. Que Democracias? In: Revista Lua Nova, Nº 27, pp. 5-30. São Paulo: CEDEC, 1992.

WINNICOTT, Clare. D. W. W.: Uma Reflexão. In: Explorações Psicanalíticas. Porto Alegre: Arte Médica, 1994.

WINNICOTT, D. W. Privação e Delinqüência. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

____. Explorações Psicanalíticas. Porto Alegre: Arte Médica, 1994.

____. O Brincar e a Realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.